



CENTRO ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

**APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO
AMBIENTE EMPRESARIAL: Análise na empresa
Cerâmica Tarumã Ltda - ME de Itaituba-PA**

CELIANE CAMPELO DA SILVA

CELIANE CAMPELO DA SILVA

**APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO
AMBIENTE EMPRESARIAL: Análise na empresa
Cerâmica Tarumã Ltda - ME de Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Administração de Empresas – Bacharelado, da Faculdade de Itaituba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração, orientada pela Prof.^a Esp. Ana Paula Maffezzoli.



Centro Estudos Superiores de Itaituba
Faculdade de Itaituba – FAI
Autorizado e Credenciado pela Portaria do MEC nº 2557 de 16/09/2003
Av. Governador Fernando Guilhon (4ªRua), 895
Jardim das Araras – Itaituba – PA
Telefone (93) 3518-4320/Fax (93) 3518-4319
Site: www.inifaitb.edu.br/Email: fai@unifaitb.edu.br

Acadêmica: CELIANE CAMPELO DA SILVA

TEMA: APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: Análise na empresa Cerâmica Tarumã Ltda - ME de Itaituba/PA

Monografia de Graduação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Administração de Empresas – Bacharelado, da Faculdade de Itaituba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas, orientado pela Prof.^a Esp. Ana Paula Maffezzolli.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Esp. Ana Paula Maffezzolli

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof.^a Me. Elizete Batista da Silva Medeiros

Resultado: _____ **Média:** _____

Itaituba – PA, 18 de março de 2016.

Dedico essa pesquisa a todos as pessoas que participaram desta etapa da minha vida, pois direta, ou indiretamente me fizeram crescer, tanto em aspecto pessoal como profissional. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus pela força e coragem que sempre me proporcionou e que foi minha fonte de inspiração para prosseguir e concretizar esse trabalho.

Aos colegas de curso aos que ficaram pelo caminho, aos que me acompanharam até aqui me ajudando direta ou indiretamente não somente nos trabalhos realizados em classe, mas também no crescimento como ser humano.

Aos Professores, agradeço pela oportunidade de conviver com profissionais que verdadeiramente encararam com comprometimento a profissão.

A orientadora Ana Paula Maffezzolli, pela dedicação, presteza e ensinamentos que foram de grande necessidade para realização desta monografia.

A Empresa Cerâmica Tarumã Ltda – ME participante do estudo de caso realizado, que disponibilizou os dados e informações necessárias.

Ao professor Francisco Cláudio de Sousa Silva pelos ensinamentos, que contribuíram diretamente para o desenvolvimento estrutural desse estudo científico.

A minha mãe, Ediner Rodrigues da Silva, a minha irmã, Geliane Campelo da Silva, pelo amor e apoio incondicional;

Ao meu esposo, Rayfran Ramos Amorim, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades;

A avaliadora o Sr.^a Elizete Batista da Silva Medeiros, por se dispor a estar avaliando este trabalho;

Por fim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

MUITO OBRIGADO!

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível."

(Charles Chaplin)

SILVA, Celiane Campelo Da. **APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: análise na empresa Cerâmica Tarumã Ltda - ME de Itaituba/PA.** Monografia do curso de Bacharelado em Administração da Faculdade de Itaituba – FAI, Itaituba, Pará, 2016.

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de abordar a visão do gestor da empresa Cerâmica Tarumã Ltda-ME do município de Itaituba, Estado do Pará, sobre seu entendimento com relação aos benefícios da aplicabilidade da gestão ambiental no ambiente empresarial. Desse modo, a metodologia explorada nesse estudo, é classificada como exploratória, bibliográfica, sendo aplicada pesquisa de campo juntamente com questionário com gestor da empresa. Devido os diversos problemas ambientais ocorridos ao longo dos anos, desencadeado pela própria ação humana, as empresas tem se defrontado com um processo crescente de cobrança por uma postura responsável e de comprometimento com os aspectos que interfiram no desempenho dos componentes, meio ambiente e sociedade. Esta cobrança dar-se através da influência de órgão fiscalizador e regulamentadores, assim como o próprio mercado e principalmente seus consumidores. Sob tais condições as empresas têm procurado interiorizar o fator, desenvolvimento sustentável, á suas estratégias administrativas, introduzindo desse modo, uma gestão ambiental empresarial proativa, pois a mesma incube aos seus processos organizacionais, elementos que viabilizam e asseguram não somente o lucro, como também a qualidade de vida e a garantia do patrimônio, bem ambiental, pertencente a todos. Aplicar os princípios sustentáveis no meio organizacional leva a implantação de uma produção, que utiliza mecanismos que eliminem ou reduzam quaisquer impacto ambiental, gerado pela atividade humana e assim atingir o desenvolvimento, não de forma parcial, mas sim em sua totalidade. Portanto, investir em práticas ambientais, além do desafio, recursos (econômicos e tecnológicos) é, dar espaço para o desenvolvimento sustentável, ao novo consumidor, para o exigente mercado, a qualidade de vida, a crescente concorrência, que fortalece a ideia de aderir essa ferramenta de gestão, para que as empresas se mantenham no mercado competitivo.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Estratégia, Gestão Ambiental Empresaria

SILVA, Celiane Campelo da. **APPLICABILITY OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN BUSINESS ENVIRONMENT: analyze the company Ceramics Tarumã Ltda - ME Itaituba / PA.** Bachelor course Monograph in Business Administration from the School of Itaituba - FAI, Itaituba, Para, 2016.

ABSTRACT

The objective of this study is to discuss the view of the manager of Cerâmica Tarumã Ltda-ME in Itaituba, State of Pará, about his understanding of the benefits of environmental management in the business environment. Thus, the methodology explored in this study is classified as exploratory, bibliographical, being applied field research together with questionnaire with the company manager. Due to the many environmental problems that have occurred over the years, triggered by human action, companies have been faced with a growing process of charging for a responsible attitude and commitment to aspects that interfere with the performance of components, environment and society. This charge take place through the influence of regulatory agency and regulators, as well as the market itself and especially its consumers. Under these conditions, companies have sought to internalize the factor, sustainable development, and their administrative strategies, thus introducing proactive environmental management, as it is embedded in their organizational processes, elements that enable and ensure not only profit, but also the quality of life and the guarantee of the patrimony, environmental good, belonging to all. Applying sustainable principles in the organizational environment leads to the implantation of a production that uses mechanisms that eliminate or reduce any environmental impact generated by human activity and thus achieve development, not in a partial way, but in its entirety. Therefore, investing in environmental practices, besides the challenge, resources (economic and technological) is, give space for sustainable development, the new consumer, the demanding market, quality of life, increasing competition, which strengthens the idea of joining this management tool, so that companies stay in the competitive market.

Key - words: Environmental Management, Sustainable Development Strategy, Corporate Environmental Management

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	12
1 ABORDAGEM DA GESTÃO AMBIENTAL	14
1.1 CONCEITO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	14
1.2 SURGIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL.....	15
1.3 BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	18
1.4 OBJETIVOS DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	23
1.5 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	24
1.6 MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E EMPRESA.....	27
1.7 GESTÃO AMBIENTAL E A ADMINISTRAÇÃO.....	29
1.8 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA AS EMPRESAS.....	31
2 GESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL	34
2.1 A SÉRIE ISO 14000.....	34
2.2 CERTIFICAÇÕES ISO 14001 DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	35
2.3 REQUISITOS PARA IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	38
2.3.1 Política ambiental	38
2.3.2 Planejamento	39
2.3.3 Implementação e Operação	41
2.3.4 Verificação e Ação Corretiva	44
2.3.5 Análise Crítica	47
2.3 VANTAGENS DA AQUISIÇÃO DE UMA EMPRESA CERTIFICADA.....	48
2.4 GESTÃO AMBIENTAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO.....	49
2.5 GESTÃO AMBIENTAL E O CONSUMIDOR.....	50
3 APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: ANÁLISE NA EMPRESA CERÂMICA TARUMÃ LTDA – ME DE ITAITUBA-PA	53
3.1 PROBLEMÁTICA	53

	10
3.2 JUSTIFICATIVA.....	54
3.3 METODOLOGIAS APLICADA A PESQUISA.....	54
3.4 CARACTERIZAÇÕES DA EMPRESA/ PERFIL DO ENTREVISTADO.....	55
3.5 HISTÓRICO DA EMPRESA.....	56
3.6 EXPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	57
3.7 SUGESTÕES DE MELHORIAS.....	60
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

LISTA DE SIGLAS

ANSI - American National Standards Institute

ABS- American Bureau of Shipping

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

BVQI- Bureau Veritas Quality International

CF- Constituição Federal

CNI- Confederação Nacional da Indústria

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente eo Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional Do Meio Ambiente

DIN- Deutsches Institut für Normung

DNV- Det Norske Veritas Certificadora

EIA - Estudo do Empacto Ambiental

GAE – Gestão Ambiental Empresarial

ISO- International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)

INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IDEC- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MMA- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia

NBR- Norma Brasileira

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG's– Organizações Não Governamentais

PML- Produção Mais Limpa

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente

SGS- Société Générale de Surveillance

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo apresentar o entendimento do gestor da empresa Cerâmica Tarumã Ltda-ME do município de Itaituba, Estado do Pará, sobre sua percepção com relação aos benefícios da aplicabilidade da gestão ambiental no ambiente empresarial.

O atual cenário econômico impõe às organizações a necessidade de mudanças contínuas no modo de operar e gerir seus negócios para que se adaptem à nova realidade e se mantenham competitivas, visto que, esse princípio parte do pressuposto que, para uma empresa sobreviver no mercado é preciso que ela não apenas seja economicamente lucrativa, mas que também seja ecologicamente correta e que se preocupe com a sociedade na qual está inserida.

Este estudo caracteriza-se pelo estudo exploratório e bibliográfico, trabalhados a partir de livros, artigos, matérias de internet e pesquisa, que contribuíram para o entendimento sobre a temática, dando sustentação as discursões do referencial teórico estudado.

Para o complemento da pesquisa aplicou-se um questionários para a coleta de dados, que possibilitou ao gestor evidenciar seus conhecimentos, experiências e opiniões perante o estudo em questão, estabelecendo assim, um nível maior de investigação. Desse modo, podemos caracterizar o sujeito da pesquisa o gestor de empresa no município de Itaituba/PA.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encontra-se estruturado em três capítulos. No capítulo um, que tem como título, “A abordagem da gestão ambiental” com a finalidade definir conceito de Gestão Ambiental, a sua trajetória ao longo dos anos, e de que forma a mesma se estabeleceu, destacando seus benefícios, objetivos e leis ambientais e ainda relacionando a variável ambiental no meio social e administrativo.

No capítulo dois, o título “Gestão Ambiental no Ambiente Empresarial” explana como a Gestão Ambiental dar-se dentro do ambiente empresarial, a partir da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), serie ISO 14001 e suas certificações, relatando ainda as vantagens de se ter uma certificação e de que modo esse fato interfere no diferencial competitivo e no poder de escolha dos consumidores.

E, por fim o capítulo três, definido com “A Aplicabilidade da gestão Ambiental no Ambiente Empresarial: análise da empresa Cerâmica tarumã Ltda - ME de Itaituba/PA”, que segue com a aplicação de um questionário, onde o gestor da empresa respondeu de forma direta e esclarecedora, permitindo assim, conhecer a forma que a empresa aplica a Gestão Ambiental em sua administração.

1 ABORDAGEM DA GESTÃO AMBIENTAL

1.1 CONCEITO DE GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental pode ser definida de diversas maneiras, dependendo do objetivo que se busca qualificar. De um modo geral, pode-se dizer que ela tem a função de planejar, controlar, coordenar e formular ações para que se atinjam os objetivos previamente estabelecidos para um dado local, região ou país. Na maioria das vezes, a gestão ambiental comporta-se como uma importante prática para se alcançar o equilíbrio dos mais diversos ecossistemas. Equilíbrio este, que envolve as questões naturais, mas, também, as dimensões econômicas, sociais e legais.

Para explicar o que é gestão ambiental precisa-se saber primeiro o que é meio ambiente. Segundo DIAS (2011:34) é um:

Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abrigam e regem vida em todas as suas formas, bem como da expressão recursos ambientais, definida como a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

E nessa conjuntura CAMPOS (2006:15), argumenta que a:

Gestão ambiental consiste na administração do uso dos recursos ambientais, por meio de medidas econômicas, investimentos e potenciais institucionais e jurídicos, com a finalidade de sustentar ou recuperar a qualidade dos recursos e do desenvolvimento social.

Assim verifica-se, que a gestão ambiental não é uma necessidade nova, pois o homem sempre teve de interagir responsabilmente com o meio ambiente. Nos casos em que tal não ocorreu, o homem teve de enfrentar as consequências nefastas da sua atuação. Portanto, a gestão ambiental tem a capacidade de ordenar as atividades humanas para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio, sendo que esta organização vai desde a escolha das melhores técnicas até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros.

Segundo CORAZZA (2013):

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais.

Pode-se constatar que ao termo gestão ambiental pode ser atribuída à busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, dos produtos e do ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada, e que gestão ambiental é consequência natural da evolução do pensamento da humanidade em relação à utilização dos recursos naturais de um modo mais sábio, onde se deve retirar apenas o que pode ser repostado ou caso isto não seja possível, deve-se, no mínimo, recuperar a degradação ambiental causada.

Para que isso ocorra, na visão de THEODORO (1997).

A gestão de recursos ambientais deve estar imbuída de uma visão estratégica de desenvolvimento no longo prazo, o que lhe confere um sentido para além dos usos cotidianos, pois se constitui no cerne onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e aqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação da qualidade ambiental.

De uma forma geral, as economias dependem dos serviços dos ecossistemas, mas vale lembrar que o uso excessivo dos recursos naturais rompe o equilíbrio do sistema ambiental, social e econômico, portanto a gestão ambiental é levantada como uma questão de sobrevivência, tanto de sustentabilidade do ser humano no planeta, quanto das organizações no mercado, tendo em vista que o meio ambiente é parte do processo produtivo e não mais uma externalidade. A gestão ambiental deve integrar a informação ecológica, ou ambiental à tomada de decisão técnicas, econômicas e políticas.

1.2 SURGIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental vem ao longo dos anos, desenvolvendo importância. A consciência ecológica da comunidade e a escassez de recursos cada vez mais evidente leva ao aprofundamento da questão, a uma busca de respeito à natureza e

seus recursos, renováveis ou não, com cada vez mais atividades econômicas. Apresentando suas preocupações de diversas formas, como, o grande e crescente número de pressão referente à diminuição de recursos, e marcos reguladores ambientais (nacionais e internacionais).

Segundo DONAIRE (1999:15), "no princípio as organizações precisavam preocupar-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos", gerar um lucro cada vez maior, padronizar cada dia mais o desempenho dos funcionários, essa visão industrial que as organizações idealizavam, foi tornando-se, ao longo dos anos, cada vez mais enfraquecida.

O mesmo autor ainda afirma que:

Os administradores começaram a ver que suas organizações não se baseavam somente, nas responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais (o que produzir como produzir e para quem produzir) têm presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam.

Para MOURA (2008:155):

Após a Segunda Guerra Mundial, foi priorizada a reconstrução dos países que sofreram grandes perdas. Já em 1972, em Estocolmo na Suécia, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que reuniu 113 países, foi também na década de 70 que surgiu o conceito de "desenvolvimento sustentável", que permite a utilização dos recursos naturais de que temos necessidade hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometermos a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras.

Também na década de 1970, passou a ser exigida, nos Estados Unidos a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), como um pré-requisito à aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores. Trata-se de uma medida preventiva que pode impedir a aprovação da construção desses empreendimentos.

Nos anos de 1980 Assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como reflexo do aumento crescente das preocupações ambientais, criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) com o objetivo de examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis para a formulação de uma agenda global,

estabelecendo estratégias ambientais que viabilizassem o desenvolvimento sustentável.

Na década de 80 segundo MOURA (2008:157)

Foi marcado como sendo aquela que surgiram em grande parte dos países leis regulamente adora de atividades industriais concernentes à poluição. Também nesta década teve o formalismo de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA), com audiências públicas e aprovação de licenciamentos ambientais. No Brasil a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que estabeleceu a Política Nacional para o Meio Ambiente, entre as medidas adotadas está à exigência do estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório (EIA/RIMA) para a obtenção de licenciamento em qualquer atividade modificadora do meio ambiente.

O informe Brundtland (CMMAD) denominado “Nosso Futuro Comum” divulgado em 1987, pode ser considerado um dos um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos, sendo referência e base importante para os debates que ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (CMMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, onde se popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável (MOURA, 2008:157).

Nos anos 1990 foram evidenciados problemas relacionados ao clima e com o comprometimento da sobrevivência dos ecossistemas, havendo grande impulso na conscientização ambiental na maioria dos países, fazendo da qualidade ambiental uma expressão cotidiana na vida das pessoas.

SEIFFERT (2010:17) menciona que no ano de 1997:

O protocolo de Kyoto foi assinado na Conferência das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas, realizada no Japão. A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências em relação ao aquecimento global estabelecendo como meta para 38 países industrializados reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito em 5,2 no período de 2008 a até 2012, em relação aos níveis existentes em 1990.

Segundo MOURA (2008:140):

Muitas empresas começaram a se preocupar com racionalização do uso de energia e de matérias-primas (madeira para fabricação de papel, água, combustível e outros), além de maior empenho e estímulo à reciclagem e reutilização, evitando desperdícios.

A sociedade passou a cobrar mais competência e ética das organizações para minimizar danos à natureza, que conseqüentemente afetava a coletividade. Portanto, trata-se de uma questão estratégica o investimento na área social e ambiental, pois as empresas ao serem reconhecidas como socialmente responsáveis tendem a conseguir diferenciais de competitividade e uma vez tendo a imagem valorizada, podem aumentar a motivação dos funcionários no trabalho e atrair um número maior de parceiros dispostos a colaborar com a causa social.

Conseqüentemente, a empresa consegue melhorar sua produtividade, conforme VASSALO (1999:69):

Outras pesquisas estão mostrando que os consumidores, ao escolherem um produto ou serviço, estão dando cada vez mais importância à postura da empresa em relação ao meio ambiente, ao respeito que ela demonstra às leis e aos direitos humanos e aos investimentos que ela faz para melhorar a vida da comunidade.

NASCIMENTO (2008):

Durante todo o processo de industrialização em todo o mundo, os recursos naturais foram explorados de forma desordenada, ocasionando efeitos negativos ao meio ambiente e ao homem. Inicialmente foram constatados grandes problemas ambientais e eventos nacionais para se discutir a questão ambiental

Na década de 1990, as organizações responsáveis pela padronização e normalização, notadamente aquelas localizadas nos países industrializados, começaram a atender as demandas da sociedade e as exigências do mercado, no sentido de sistematizar procedimentos pelas empresas que refletissem suas preocupações com a qualidade ambiental e com a conservação dos recursos naturais.

Esses procedimentos materializaram-se por meio da criação e desenvolvimento de Sistemas de Gestão Ambiental destinados a orientar as empresas a adequarem-se a determinadas normas de aceitação e reconhecimento geral.

Desse modo, SEIFFERT (2010:19) expõe que em virtude destes eventos foi-se:

Moldada uma percepção mais crítica em relação à forma como o modelo de crescimento econômico adotado vem significando serio impactos sobre a questão socioambiental, gerando problemas de difícil solução. A percepção que surgiu inicialmente a partir da visão crítica de especialistas foi paulatinamente disseminada para membros da sociedade de modo geral. Seus princípios gerais são: crescimento econômico ilimitado é uma quimera sob a ótica socioambiental; necessidade de implantação de instrumentos de gestão ambiental de comando de controle e autocontrole de forma complementar, no processo de gestão ambiental; importância do controle de natalidade através de planejamento familiar das populações e importância da educação ambiental para o alcance da sustentabilidade.

Em 2015, a ONU adota metas de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Nova agenda de desenvolvimento substitui os Objetivos do Milênio. Metas incidem sobre problemas ligados à pobreza, saúde, educação e meio ambiente, acordo feito com unanimidade pelos Estados-membros das Nações Unidas.

Segundo GONZALEZ (2015), nesse encontro, relatou-se que:

Durante a cerimônia de abertura da Cúpula, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou que "a nova agenda é uma visão universal, integrada e de transformação para um mundo melhor. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o nosso guia. Eles são uma lista de coisas a fazer para as pessoas e o planeta, e um plano para o sucesso", disse o secretário-geral, segundo comunicado divulgado pela ONU.

A agenda compromete todos os países a adotarem uma série de ações que atinjam as causas da pobreza, mas também almejando o crescimento econômico e a prosperidade, além de apontar problemas ligados à saúde, educação e necessidades sociais das pessoas e, do mesmo modo, a proteção do meio ambiente.

1.3 BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

A crescente conscientização ambiental da sociedade aumentou a pressão sobre a comunidade empresarial de que os padrões de produção e consumo correntes são insustentáveis. Assim, as empresas entenderam que, para continuarem funcionando, terão que integrar, cada vez mais, componentes ambientais a suas estratégias comerciais e seu planejamento estratégico.

Ao optar pela implantação de um SGA, as companhias não recebem apenas benefícios financeiros, como economia de matéria-prima, menores gastos com resíduos, aumento na eficiência na produção e vantagens de mercado, mas sim, estão também diminuindo os riscos de não gerenciar adequadamente seus aspectos ambientais, como acidentes, multas por descumprimento da legislação ambiental, incapacidade de obter crédito bancário e outros investimentos de capitais, e perda de mercados por incapacidade competitiva.

Como estudado no histórico ambiental as empresas passaram a ter uma preocupação com a questão ambiental, a partir de problemas ocasionados ao meio ambiente, que para DONAIRE (1999:22) desenvolveu-se uma sociedade atenta a questões ecológicas, de segurança, de proteção e defesa do consumidor, de defesa dos grupos minoritários, de qualidade dos produtos, que vem pressionado as organizações em seus procedimentos.

Esse conjunto de pressões trouxe consigo a implementação sistematizada do processo de gestão ambiental, induzindo-as a novas práticas, cita o autor DONAIRE (1999:23).

A preocupação de muitas organizações com o problema da poluição tem feito com que elas reavaliem o processo produtivo, buscando a obtenção de tecnologias limpas e o reaproveitamento dos resíduos. Isso tem propiciado vultosas economias, que não teriam sido obtidas se elas não tivessem enfocado este problema.

Perante isso, muitas organizações passaram gradativamente a incluir na gestão de seus negócios a dimensão ecológica. Neste contexto destaca-se segundo DONAIRE (1999:59) benefícios econômicos e estratégicos nos processos de Gestão Ambiental empresarial.

Convém salientar que a existência de um plano ambiental formal, embora importante, não é suficiente, pois a transformação da questão ambiental em valor da organização vai depender das ações da alta administração e de suas gerencias. A correta utilização da GAE (Gestão Ambiental Empresarial) transforma-se em uma ferramenta que proporciona benefícios para ambos os lados relacionados, ou seja, tanto no meio ambiente quanto nas organizações. Dessa maneira, empresas orientadas para o meio ambiente estabelecem essas ações como vantagem competitiva diante do cenário empresarial contemporâneo.

Benefícios Econômicos	
Economia de custos	Incremento de receitas
<ul style="list-style-type: none"> -Economia devido à redução de águas, energia e outros insumos. - Economia devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes. - Redução de multas ou penalidades por poluição 	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento da contribuição marginal de produtos verdes que podem ser vendidos a preços mais altos. -Aumento da participação no mercado devido à inovação de produtos e menos concorrência. -Linhas de novos produtos para novos mercados. - Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
Benefícios estratégicos	
Ambiente externo	Ambiente Interno
<ul style="list-style-type: none"> -Melhoria da imagem institucional. - Melhores relações com autoridades públicas, comunidade, grupos ambientalistas ativistas, fiscalização ambiental e outros detentores de interesses. - Acesso assegurado aos mercados externos. - Acesso assegurado a novos mercados externos e melhoria na competitividade empresarial. -Maior facilidade na obtenção de financiamentos e da certificação ambiental. - Maior permanência do produto ou serviço no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> -Renovação do <i>portfólio</i> de produtos -Produtividade aumentada. - Maior comprometimento dos funcionários e melhores relações de trabalho – motivação. - Criatividade e abertura para novos desafios. - Maior facilidade para cumprir os padrões ambientais. - Melhoria na performance do desempenho ambiental da organização e atendimento à legislações. - Facilidade na identificação de causas de problemas e seus solucionamento. - Redução de desperdícios. - Maior facilidade na obtenção de financiamentos e da certificação ambiental. - Acesso a capital de baixo custo e a seguros mais barato

Quadro 1. Benefícios econômicos e estratégicos organizacionais da Gestão Ambiental Empresarial
Fonte: Adaptado Donaire (1999:59)

Apesar dos benefícios econômicos, as empresas devem visar principalmente desenvolver a GAE sobre uma abordagem estratégica. Dessa forma, a amenização dos impactos ambientais é observada como situações estratégicas, envolvidas com a procura da empresa pela sua vantagem competitiva. BARBIERI (2006:140) evidencia que além de prevenir possíveis ameaças de poluição, a organização pretende se beneficiar de oportunidades de mercado, neutralizando ameaças que ocorrem a partir de questões ambientais que existem ou poderão surgir no futuro.

A abordagem estratégica da GAE beneficia a empresa em fatores relacionados ao ambiente interno e externo. Dessa forma, as influências desse benefício atingem a imagem da empresa, funcionários, linhas de produtos,

processos, fornecedores, parceiros, clientes, governo, etc. Relacionada ao ambiente externo a principal vantagem obtida é a melhoria da imagem institucional.

Para MOURA (2002:56) é importante que a empresa adquira uma imagem positiva junto às autoridades públicas, conseqüentemente alcançando maior publicidade junto à mídia. Nesse sentido Assumpção (2006:98) complementa ao salientar que:

Essa melhoria na imagem resulta em um melhor relacionamento junto aos clientes, fornecedores, vizinhos, fiscalização ambiental, comunidade, ONG's, grupos ambientalistas ativistas e demais detentores de interesses. Além desse fator, as organizações se beneficiam pelo acesso e conquista de novos mercados e melhoria na competitividade organizacional.

A existência de um novo mercado com novas exigências permite condições, que possibilita as empresas com determinados pré-requisitos ambientais possam neles atuar. Nesse contexto, MOURA (2002: 190) afirma que:

Por ser um fator de competitividade a preocupação ambiental facilita a expansão em novos mercados, cativando diferentes clientes. Em uma visão mais ultrapassada, o fato de investir em melhorias ambientais era visto como despesas inúteis, entretanto com as novas necessidades dos clientes, os mesmos têm aceitado pagar um valor maior aos produtos, desde que percebam um retorno como melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, as empresas que enxergarem o meio ambiente como oportunidade competitiva aumentará de maneira significativa a sua chance de sobrevivência no mercado, vista que, as necessidades dos consumidores é um processo contínuo e mutável, tornando-se indispensável o acompanhamento das organizações a todos os componentes que interferem no desempenho da mesma.

BARBIERI (2004:20) ainda contribui afirmando que esses valores “auxiliam para dotar a organização de vantagens competitivas sustentáveis, já que a empresa se antecipa no atendimento de novas demandas por meio de ações legítimas e verdadeiras, criando um importante diferencial estratégico”.

Organizações empresariais estão cada vez mais centradas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente. Neste sentido, a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

1.4 OBJETIVOS DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O sistema de gestão ambiental como sendo conjunto de procedimentos que visa a ajudar a organização empresarial a entender, controlar e diminuir os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços. Está baseado no cumprimento da legislação ambiental vigente e na melhoria contínua do desempenho ambiental da organização garantindo e articulando a interação de diversos agentes em um mesmo espaço.

Assim, PEREIRA (2002) assegura que:

O propósito dos sistemas de gestão ambiental pode ser sintetizado como uma possibilidade de desenvolver, programar, organizar, coordenar e monitorar as atividades organizacionais relacionadas ao meio ambiente visando conformidade e redução de resíduos.

OLIVEIRA (2010) complementa que:

Um sistema de gestão ambiental (SGA) apoia as organizações no controle e a redução contínua de seus impactos ambientais e consistem basicamente de políticas, processos e protocolos de auditoria para operações que geram desperdício de materiais ou emissões de poluentes. Ele objetiva dotar as empresas de instrumentos que permitam reduzir os danos ao meio ambiente, mas de modo que seus benefícios excedam aos custos de sua implantação.

Desse modo, o estabelecimento de objetivos e metas ambientais é de suma importância para o desempenho dos indicadores ambientais, cujo alicerce está na Política Ambiental da organização, fazendo parte da fase de planejamento do SGA de uma empresa.

Portanto, o sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001 tem como objetivo:

Prover as organizações de elementos de um SGA eficaz que possam ser integrados a outros requisitos da gestão e auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. A sua finalidade geral é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades socioeconômicas

Nessa conjuntura a ABNT (2004), dispõe que o Sistema de Gestão Ambiental tem os seguintes objetivos:

Criar uma conscientização ambiental na empresa; Proporcionar uma ferramenta gerencial adicional para aumentar cada vez mais a eficiência e eficácia dos serviços; proporcionar a definição clara de Organização, com responsabilidades e autoridades de cada função bem estabelecidas; promover a capacidade dos colaboradores para o exercício de suas funções, estruturadas a partir de seleções, treinamentos sistemáticos e avaliação de desempenho; reduzir custos através de uma maior eficiência e redução do desperdício, o que aumenta a competitividade e participação no mercado; aumentar a probabilidade de identificar os problemas antes que eles causem maiores consequências. Com isso, os motivos que levam a organização a buscar a implantação de um sistema de gestão ambiental são: Pressão das partes interessadas; alta concorrência do mercado; Restrição de comércio através de regulamentações de mercado; convicção, acreditar nos benefícios que o sistema proporciona; política corporativa e estratégia de competitividade.

Logo esses objetivos devem ser mensuráveis, executáveis, e coerentes com a política ambiental, incluindo-se os comprometimentos com a prevenção de poluição, com o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização e com a melhoria contínua. Deve também considerar suas opções tecnológicas, seus requisitos financeiros, operacionais, comerciais e a visão das partes interessadas.

1.5 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Atualmente, pode-se dizer que a maioria dos países, independentemente de situação econômica, possui algum tipo de legislação ambiental. E o fortalecimento do debate ambiental vem provocando o aumento de pressões políticas, sociais e econômicas sobre os setores empresariais para que estes modifiquem seu modo de se relacionar com o meio ambiente, demonstrando um maior comprometimento socioambiental através de medidas de gestão e controle ambiental com ênfase em estratégias preventivas.

Portanto SILVA *et al* (2010) ilustra.

Estando o meio ambiente no berço da humanidade e de todas as formas de vida, imprescindível é a sua conservação e proteção. Prontamente, o Estado, como esfera nuclear de regulação social, deve propiciar meios para administrar as relações entre a sociedade, à economia e o meio ambiente.

E o direito ambiental tem atuado como um dos instrumentos de gestão ambiental empresarial participando na orientação e ratificação jurídica das atividades

desses setores e na construção de uma relação harmônica homem-meio ambiente que se revelam na sustentabilidade ambiental e das próprias empresas.

Ao incentivar o comprometimento socioambiental, o direito ambiental ainda possibilita meios para a promoção de vantagens socioeconômicas para esses setores. Desse modo, o atendimento às normas contidas na legislação ambiental configura-se como elemento essencial em busca dessa sustentabilidade socioambiental e econômica nas empresas.

No Brasil, o Direito Ambiental estabelece diretrizes de conduta, fundamentado na Política Nacional do Meio Ambiente. Esse código estabelece definições claras para o meio ambiente, qualifica as ações dos agentes modificadores e provê mecanismos para assegurar a proteção ambiental. Para BARBIERE (2007:92) “ela representa uma mudança importante no tratamento das questões ambientais, na medida em que procura integrar as ações governamentais dentro de uma abordagem sistêmica”.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 6.938/81, “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar condições de desenvolvimento socioeconômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade humana”.

A lei 6.938/81, regulamentada pelo decreto 99.274, de 6 de junho de 1990, institui também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, conforme a seguinte estrutura (BARBIERE, 2007:92):

Em 1988, a Constituição Federal dedicou normas direcionais da problemática ambiental, fixando as diretrizes de preservação e proteção dos recursos naturais e definindo o meio ambiente como bem de uso comum da sociedade humana, sendo contextualizada a preocupação com a escassez dos recursos naturais e do crescimento populacional dedicando um capítulo para o meio ambiente previsto no art. 225 da Constituição, que “estabeleceu a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem observados para as atividades econômicas em geral”.

SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA) - COMPONENTE	
Órgão superior	Conselho de governo que auxilia presidência da República na formação de políticas públicas
Órgão consultivo e deliberativo	Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), presidido pelo Ministro do Meio Ambiente: esse órgão analisa e delibera e propõe diretriz e normas sobre políticas ambientais.
Órgão central	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), órgão responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle da Política Nacional do Meio Ambiente.
Órgãos executores	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, que executam e fiscalizam a política ambiental no âmbito federal.
Órgãos seccionais	Órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
Órgãos locais	Órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e pela fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Quadro 02. Sistema Nacional Do Meio Ambiente (Sisnama) - Componente Brasil,
Fonte: Lei 6.938/1981, art. 6º e Decreto 99.274/1990, art. 3º.

O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

Desse modo, constitui-se, que nas condutas e nas atividades lesivas ao Meio Ambiente, os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, ficariam sujeitos às sanções penais e administrativas e, além, da obrigação de reparar o dano causado ao patrimônio, denominado, bem ambiental.

FIORILLO (1999), afirma:

Depois de séculos e séculos de história, quando já se formulava que a estrutura básica do Direito positivo é baseada no Direito público e no Direito privado, o Direito Constitucional brasileiro criou um terceiro gênero de bem, denominado "bem ambiental". (...) É um bem no qual as pessoas não se atrelam por meio do instituto da propriedade. A propriedade é baseada na ideia, tanto no campo público quanto no campo privado, de usar, gozar, fluir, dispor e fazer o que se bem entende a respeito daquele bem fundamental.

1.6 MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E EMPRESA

O ambientalismo, um dos novos movimentos sociais estimulados pelo processo de redemocratização vivenciado pelo país a partir da década de 80, teve significativa participação na constituição de 1988. "A Constituição Federal (CF) dispõe de um capítulo inteiro sobre o trato das questões ambientais, que impõe um dever jurídico a todos, desde o poder público até a coletividade, na qual estão inseridas as empresas públicas e privadas" (SAMPAIO, 2010).

Vista o cenário imposto pela legislação, às empresas viram-se forçadas a mudar aspectos responsáveis, pelos indicadores de envolvimento, aperfeiçoando suas estratégias de negócio e padrões gerenciais para enfrentar desafios e aproveitar as oportunidades decorrentes da ampliação de seus mercados potenciais, do surgimento de novos concorrentes e novas demandas da sociedade.

E a esse contexto que surge a necessidade de estabelecer as três dimensões que formam o chamado triple do desenvolvimento sustentável, que para (SEIFFERT, 2010,26):

Só se tornará possível através do equilíbrio entre os imperativos das esferas ambiental, social e econômico, e somente a partir do surgimento desse conceito e que passou a existir um discurso cada vez mais articulado que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado á noção conservação do meio ambiente.

Assim, crescimento econômico sem melhoria de qualidade de vida das pessoas e das sociedades não pode ser considerado desenvolvimento sustentável. É possível alcançar maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais conciliando crescimento econômico com a conservação ambiental, satisfazendo as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Nessa conjuntura DIAS (2011,63) relata que:

O nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de fatores, variados e complexos, que se inter-relacionam e são mutualmente dependentes, tais como: custos qualidade dos produtos e serviços, nível de controle de qualidade, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. Ocorre que nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade, devido aos benefícios que traz o processo produtivo como um todo e a alguns fatores em particular que são potencializados.

Perante esse conjunto de fatores, constata-se, que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo-se essa cultura a todos os níveis da organização, pois a questão responsabilidade corporativa social e ambiental estão ingressando como tendência mundial, assim aperfeiçoando uma visão sobre o que é ser socialmente e ambientalmente responsável.

Desse modo, SOUZA (2002) aborda que:

A questão ambiental, crescentemente incorporada aos mercados e às estruturas sociais e regulatórias da economia, passou a ser um fator cada vez mais considerado nas estratégias de crescimento das empresas, seja por gerar ameaças como também novas oportunidades empresariais.

Diante dessa circunstancia ambiental, no meio sócio e empresarial, MION, (2007:56) considera que:

As organizações devem medir seu sucesso não só com base no desempenho financeiro, mas também sob o ponto de vista de seus impactos sobre a economia, meio ambiente e sociedade em que atuam, não só hoje, mas no futuro. Elas precisam preencher critérios de gestão responsável, meio ambiente e governança corporativa, incluindo fatores como direitos humanos e corrupção.

Para isso, as organizações devem não apenas mostrar suas boas intenções, devem efetivamente contribuir para a sustentabilidade, internalizando em sua cultura, garantindo o próprio futuro e o da sociedade. As organizações que adotam um modelo de gestão baseado no tripé do desenvolvimento estão sintonizadas com um mundo globalizado, cada vez mais exigente e dinâmico.

1.7 GESTÃO AMBIENTAL E A ADMINISTRAÇÃO

A preservação ambiental assume hoje, uma preocupação no âmbito empresarial, seja pela conscientização dos próprios administradores, por exigências de mercado/consumidores ou devido a regulamentações e normas impostas pelo governo. No entanto torna-se necessário salientar que empresários e administradores buscam crescentemente novas soluções ambientalmente adequadas para os problemas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Desse modo o equilíbrio entre, as dimensões econômicas/ mercadológicas e ambientais têm-se tornado cada vez mais relevantes, representado custos e/ou benefícios, limitações e/ou potencialidades, ameaças e/ou oportunidades para as empresas.

Conforme MOURA (2002:48) verifica-se que:

A proteção ambiental passou a ser uma necessidade das pessoas e clientes da empresa e que, para sobreviver, as organizações estão se estruturando para atender melhor este aspecto, criando áreas específicas para atuar interna e externamente em melhorias de desempenho ambiental.

MOURA (2002:49) complementa ao citar que a gestão empresarial:

Estabelece o princípio para a administração das atividades organizacionais e das práticas gerenciais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, sendo entendida como a aplicação de planejamento e controle na identificação, avaliação, redução e eliminação dos impactos ambientais.

Se, utilizada de forma adequada a GAE é considerada como uma ferramenta que proporciona benefícios para ambos os lados relacionados, ou seja, tanto no meio ambiente quanto nas organizações. Dessa maneira, empresas orientadas a trabalharem o fator, meio ambiente, como parte integrante do desenvolvimento estabelecem ações com vantagem competitiva diante do cenário empresarial contemporâneo.

Segundo BARBIERI (2006:26) a “GAE além de prevenir possíveis ameaças de poluição, a organização pretende se beneficiar de oportunidades de mercado, neutralizando ameaças que ocorrem a partir de questões ambientais que existem ou poderão surgir no futuro”.

Para que as empresas não sejam vistas como problemas e seja parte de soluções, é necessário, o engajamento de três agentes que interagem ao meio ambiente, o governo, a sociedade e o mercado, que são considerados como componentes conjunturais do contexto social que estimulam a adoção da gestão ambiental, exercendo pressão mútua o que se reflete na responsabilidade ambiental a ser assumida pelas empresas.

Conforme BARBIERI (2011:104) “difícilmente essa atitude nasce de maneira espontânea” como mostra a figura

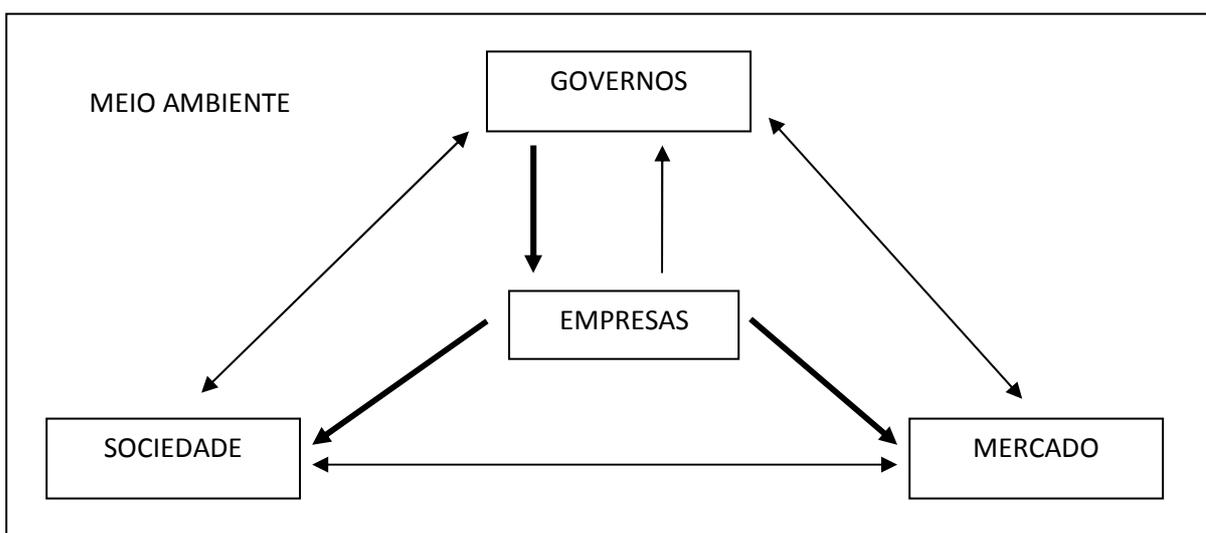


Figura 01. Gestão Ambiental Empresarial-influências

Fonte: BARBIERI (2011:104)

De acordo com a Sondagem Especial de Meio Ambiente, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a imagem e a reputação da empresa são os principais motivos para a adoção de procedimentos de gestão ambiental, executados por sete em cada dez indústrias brasileiras.

Justifica-se assim, a expansão da consciência coletiva em relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais que a comunidade repassa às organizações, que induzem a um novo posicionamento por parte das organizações diante de tais questões. Como consequência de um dos maiores efeitos da competição global que vivenciamos foi o redirecionamento do poder para as mãos do comprador, dando lugar ao consumidor da atualidade chamado “consumidor verde”.

Nesta linha MOURA (2002:48) complementa:

No contexto em que vivemos, percebe-se que a proteção ambiental passou a ser uma necessidade das pessoas e clientes da empresa e que, para sobreviver, as organizações estão se estruturando para atender melhor este aspecto, criando áreas específicas para atuar interna e externamente em melhorias de desempenho ambiental.

Diante o relatado, o fato de investir em melhorias ambientais, chama a atenção das empresas para outro horizonte, que se distancia de um processo dispendioso e sem equiparação de retornos. Avaliando a condução dessas mudanças, percebe-se que as empresas já trabalham para oferecer aos consumidores produtos sustentáveis e que os próprios consumidores já buscam alternativas aos produtos tradicionais.

1.8 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA AS EMPRESAS

A tendência atual nas empresas, é que façam do seu desempenho ambiental um fator diferencial no mercado, adotando assim a gestão ambiental como uma ferramenta que potencializa suas estratégias empresarias.

Segundo DONAIRE (1999:15), "No principio as organizações precisavam preocupar-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos", gerar um lucro cada vez maior, padronizar cada dia mais o desempenho dos funcionários, essa visão industrial que as organizações idealizavam, foi tornando-se, ao longo dos anos, cada vez mais enfraquecido.

O mesmo autor afirma que:

Os administradores começaram a ver que suas organizações não se baseavam somente, nas responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais (o que produzir como produzir e para quem produzir) têm presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam.

TACHIZAWA (2011: 45) complementa que:

A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações, induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos em face de tais atuais questões.

Nesse contexto verifica-se que esse cenário se tornou cada dia mais presente, onde a gestão ambiental empresarial tornou-se sinônimo de produtividade e sobre tudo, de competitividade e sobrevivência no atual mercado. Atuar de maneira ambientalmente responsável é um diferencial entre as empresas, destaque competitivo um pré-requisito e quanto antes às empresas perceberem esta nova realidade, maior será a chance de se manterem no mercado.

DONAIRE (1999:103) reforça que “a possibilidade de uma empresa ser lucrativa levando em consideração permanente as questões ambientais através dos 10 passos para a excelência ambiental”. São eles:

PASSOS	EXCELÊNCIA AMBIENTAL
1	Desenvolva e publique uma política ambiental;
2	Estabeleça metas e continue a avaliar os ganhos;
3	Defina claramente as responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo (linha de assessoria);
4	Divulgue interna e externamente a política, os objetivos, metas e as responsabilidades;
5	Obtenha recursos adequados;
6	Eduque e treine seu pessoal e informe os consumidores e a comunidade;
7	Acompanhe a situação ambiental da empresa e faça auditorias e relatórios;
8	Acompanhe a evolução da discussão sobre a questão ambiental;
9	Contribua para os programas ambientais da comunidade e invista em pesquisa
10	Ajude a conciliar os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresa, consumidores, comunidade, acionistas etc.

Quadro 3. Excelência Ambiental
Fonte: DONAIRE (1999:103)

De acordo com WERNKE (2001:46).

As atividades de cunho ambiental passaram a ser, mercadologicamente, estratégicas por uma razão fundamental: influenciam substancialmente a continuidade da empresa, em decorrência do significativo efeito que exercem sobre o resultado e a situação econômico-financeira. Isso porque seus impactos podem culminar na exclusão desta do mercado, basicamente em função da perda de clientes para concorrentes que ofertem produtos e processos ambientalmente saudáveis; da perda de investidores potenciais, que estejam preocupados com a questão ecológica global e com a garantia de retorno de seus investimentos; de restrições creditícias no mercado financeiro, atualmente pressionado pelas coobrigações ambientais; ou de penalidades governamentais de natureza decisiva, como imposição de encerramento das atividades, ou multas de valores substanciais e de grande impacto no fluxo de caixa das companhias.

Desse modo, fica constatado que, a Produção Mais Limpa (PML) é indicada como uma ferramenta estratégica da gestão ambiental, que possibilita o funcionamento da empresa de modo social e ambientalmente responsável, ocasionando influência no seu desempenho econômico, tendo assim, a aplicação de uma abordagem preventiva na Gestão Ambiental, que segundo o autor (ROMM, 1996:96) "ocasiona o aumento da produtividade por pressionar a empresa a pensar na melhoria sistemática dos seus processos". O produtor, então, torna-se mais competitivo.

PORTER (1995) ainda conclui:

Que as empresas dificilmente estão cientes do custo da poluição em termos de desperdícios de recursos, de esforços e diminuição de valor para o consumidor. Nesse caso, a empresa deve avaliar o seu processo, mediante uma auditoria ambiental, enfocando os custos desnecessários (gastos excessivos de água e energia). Portanto, o controle de custos pode ser usado como ferramenta para prevenir futuros impactos ambientais. Dizem ainda que, otimizando custos, a empresa garante aumento de produtividade e proporciona maior saúde financeira, assegurando sua continuidade operacional. Necessita ainda, a empresa, oferecer um preço competitivo que pode ser conseguido por um custo inferior ao da concorrência.

Dentro do continuo progressos, a gestão ambiental, sendo encarada como um assunto estratégico dentro das organizações no sentido de proteção o meio ambiente e reduzir, prevenir ou mitigar os efeitos da poluição por meio de seus processos produtivos, e a Contabilidade do Meio Ambiente tem demonstrado sua importância para as empresas em geral, pois a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo.

2. GESTAO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL

2.1 A SÉRIE ISO 14000

A mudança de hábitos do consumidor concebe uma questão chave na constituição de elementos que despertou nas organizações o interesse pela gestão ambiental. Um dos resultados do processo de discussões em volta dos problemas ambientais e de como promover o desenvolvimento econômico frente a essa questão foi o surgimento das normas da família ISO 14000, as quais procuram desenvolver uma abordagem organizacional que leve a uma gestão ambiental efetiva.

Para SEIFFERT (2005: 89), “essa família de normas foi o resultado de um processo que vinha evoluindo ao longo dos diversos fóruns de discussões sobre problemas ambientais, em que buscavam uma maneira de levar solução ao ambiente produtivo”.

As normas da Série ISO 14000 foram desenvolvidas pelo Comitê Técnico 207 da International Organization for Standardization – ISO -TC 2074, organismo internacional não governamental com sede em Genebra. Abrange mais de 100 países, dentre eles o Brasil, tendo como sua representante a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Nos Estados Unidos a American National Standards Institute (ANSI), na Alemanha, o Deutsches Institut für Normung (DIN) e assim por diante.

SILVA *et al* (2003) acrescenta ainda que:

A Série ISO 14000, trata-se de um grupo de normas que fornece ferramentas e estabelece um padrão de Sistema de Gestão Ambiental, ou seja, a administração ambiental de uma organização, abrangendo seis áreas bem definidas: Sistemas de Gestão Ambiental (Série ISO 14001 e 14004), Auditorias Ambientais (ISO 14010, 14011, 14012 e 14015), Rotulagem Ambiental (Série ISO 14020, 14021, 14022 e 14025), Avaliação de Desempenho Ambiental (Série ISO 14031 e 14032), Avaliação do Ciclo de Vida de Produto (Série ISO 14040, 14041, 14042 e 14043) e Termos e Definições (Série ISO 14050). No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) oficializou as NBR5 ISO: a) 14001; b) 14004; c) 14010; d) 14011 e, e) 14040.

Em suma, as normas contidas na Série ISO 14000 são dirigidas para a organização e para o produto. As normas dirigidas para o produto dizem respeito à determinação dos impactos ambientais de produtos e serviços sobre o seu ciclo de vida, rotulagem e declarações ambientais.

ASSUMPÇÃO (2004) esclarece que:

As normas da família ISO 14000 visam direcionar padronização para as questões ambientais de qualquer tipo de organização, utilizando sistemáticas para implementar, monitorar, avaliar, auditar, certificar e manter um Sistema de Gestão Ambiental com o objetivo de reduzir e eliminar impactos adversos ao meio ambiente.

A Série ISO 14000, como conjunto de normas ambientais, não obrigatórias e de âmbito internacional, possibilita a obtenção da certificação ambiental, porém esta só pode ser obtida por uma determinada empresa se a mesma implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Este visa reduzir os impactos ambientais gerados na produção (inclui matérias-primas), transporte, uso e disposição final do produto (descarte).

2.2 CERTIFICAÇÕES ISO 14001 DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A ISO 14001 é uma das normas internacionais de caráter voluntário, desenvolvida para auxiliar a gestão das organizações a equilibrar seus interesses econômico e financeiros com os impactos gerados por suas atividades, sejam impactos ao meio ambiente ou consequências diretas para a segurança e a saúde de seus colaboradores.

Ela especifica requisitos para que um sistema de gestão ambiental capacite uma organização a desenvolver e programar política e objetivos que levem em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos. Pode ser aplicada a todos os tipos e portes de organizações, adequando-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais. A finalidade geral da norma é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades socioeconômicas

BARBIERI (2007:259) especifica que:

As razões pelas quais as empresas buscam a certificação ISO 14001 são: melhorias nas conformidades regulatórias, melhoria no desempenho ambiental, atendimento das expectativas dos clientes, redução de custos, melhor atendimento às partes interessadas externas e a melhoria na reputação corporativa da mesma forma. E algumas das motivações que as empresas buscam esta certificação são: a entrada no mercado internacional, a padronização de procedimentos de gestão ambiental para operações internas, a economia de recursos e redução de desperdícios para o gerenciamento corporativo, a melhoria na imagem corporativa para efeitos de mercado e o aumento na consciência ambiental de fornecedor.

ASSUMPÇÃO (2004:145) complementa que:

Seu fundamento principal é o comprometimento de todos os níveis e funções hierárquicas da organização, especialmente a alta administração, e tem como finalidade equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição das organizações com necessidades socioeconômicas de uma comunidade. Tem como objetivo definir um Sistema de Gestão Ambiental como um conjunto de procedimentos, atividades, estruturas organizacionais e controles utilizados por uma organização de forma a auxiliá-la a gerenciar e a controlar as atividades, produtos e serviços que possam interagir com o meio ambiente.

Para que haja um equilíbrio entre as partes o sistema de gestão ambiental (SGA), requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação dos resultados. Também é necessário o envolvimento de diferentes segmentos da empresa para tratar das questões ambientais de modo integrado com as demais atividades corporativas. Um dos benefícios da criação do SGA é a possibilidade de obter melhores resultados com menos recursos em decorrência de ações planejadas e coordenadas.

BARBIERI (2007:114) assegura que:

Um sistema de gestão ambiental disponibiliza um conjunto de ferramentas capazes de estabelecer mudanças por meio de mecanismos e técnicas ordenadas e é essencial para melhorar o desempenho e auxiliar na identificação e gerenciamento de obrigações e riscos ambientais. Além disto, um sistema de gestão fundamentado em análise de sistemas e planejamento, responsabilidade organizacional e controles gerenciais pode apresentar maior grau de pró-atividade junto aos *stakeholders* e pode ser uma ferramenta para compensar custos de melhoria de impactos ambientais e eliminar o *trade-off* entre ser competitivo ou apenas cumprir obrigações legais.

Portanto a adoção de Sistema de Gestão Ambiental deve vir acompanhada de uma mudança cultural, em que as pessoas têm que estarem mais envolvidas com as novas perspectivas, devendo mudar hábitos e costumes, isto é, adotar premissas que considerem as preocupações ambientais. É a partir de um SGA a

empresa passa a incentivar a reciclagem, buscar matérias-primas e processos produtivos menos impactantes, passando a racionalizar o uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Dessa forma, a implantação do SGA poderá possibilitar o desenvolvimento de processos produtivos mais limpos, bem como de produtos menos nocivos ao meio ambiente.

A ISO 14001 fornece requisitos do sistema de gestão tendo como base um modelo de melhoria contínua do tipo planejar, executar, verificar, agir. Este modelo, também conhecido como ciclo PDCA (*plan-do-check-act*), que se inicia na consistência de uma Política Ambiental declarada, seguida de um planejamento e da implementação de um SGA, para após possuir uma avaliação do sistema e se encerrar na Análise Crítica da alta administração e esse ciclo se repetir indefinidamente, como ilustrado na figura.

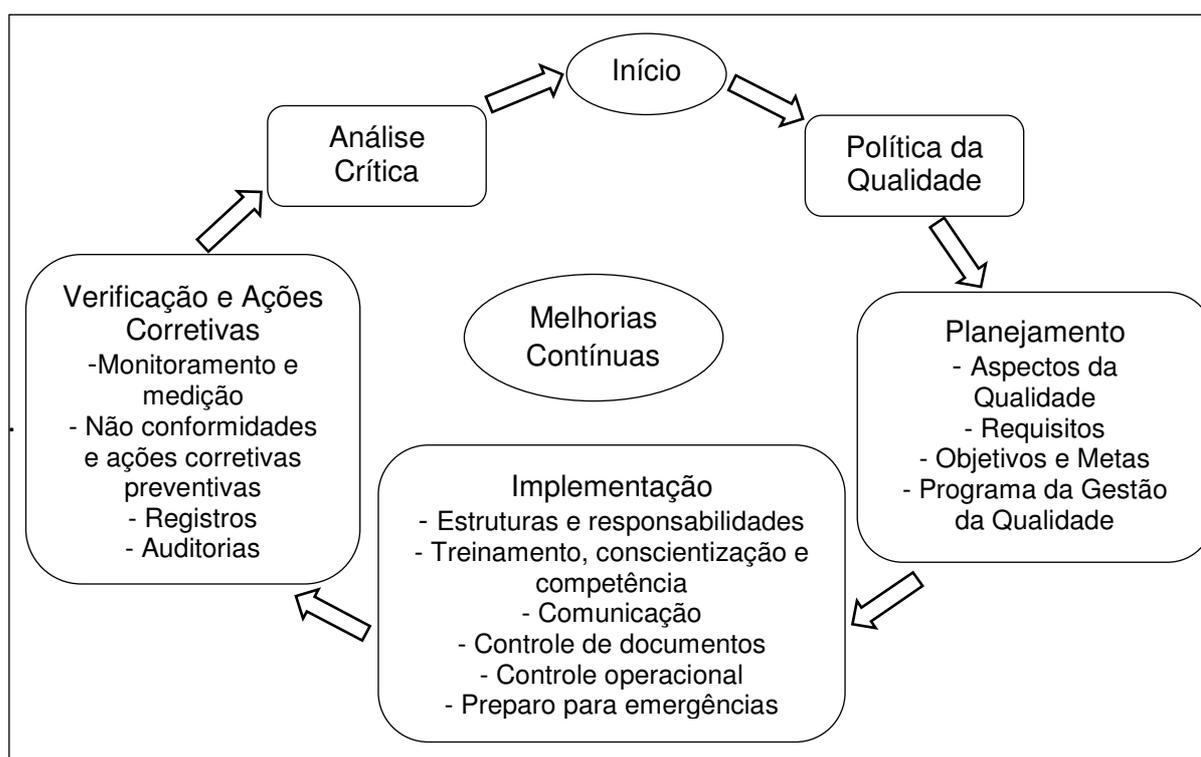


Figura 01. Avaliação do SGA
Fonte: ASSUMPÇÃO (2004)

Deste modo, a Gestão Ambiental age no processo de tomada de decisões que deve refletir positivamente sobre a variável ambiental de um sistema. Nesse caso, a tomada de decisão consiste na busca da opção que apresente o melhor desempenho, a melhor avaliação, ou ainda, a melhor aliança entre as expectativas daquele que tem o poder de decidir e suas disponibilidades em adotá-la.

2.3 REQUISITOS PARA EMPLEMENTAR UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma ferramenta utilizada pelas empresas para obterem o desenvolvimento sustentável. Exigindo, em geral, a formalização dos procedimentos operacionais com propósito de desenvolver, implementar, organizar, coordenar e monitorar as atividades organizacionais relacionadas ao meio ambiente visando conformidade e redução de resíduos.

Para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental segundo NICOLELLA (2004) “o primeiro passo deve a formalização por parte da direção da empresa, perante sua corporação do desejo da organização adotar um SGA, deixando claro suas intenções e enfatizando seus benefícios”.

BARBIERI (2011:156) complementa citando que “para efeito de certificação, registro ou auto declaração, a organização deve estabelecer, documentar, implementar, manter e continuamente melhorar seu SGA “

De acordo com NICOLELLA (2004) são seguidas de 5 etapas de implantação de um SGA:

2.3.1 Política ambiental

Nada mais é do que a declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para a ação e definição dos seus objetivos e metas ambientais.

BARBIERI (2011:157) explica que a alta administração é incumbida de definir a política ambiental da organização e assegurar que, dentro do escopo definido de seu SGA, ela:

Seja apropriada a natureza, a escala e aos impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços; inclua um comprometimento com a melhoria contínua e com a prevenção da poluição; inclua um comprometimento com o entendimento aos quesitos legais aplicáveis e outros subscritos que se relacionem com seus aspectos ambientais; forneça uma estrutura para o estabelecimento e a análise dos objetivos e metas ambientais; seja documentada, implementada e mantida; seja comunicada a todos que trabalhem na organização ou que atuem em seu nome; e esteja disponível para o público.

Contudo, a Política Ambiental da empresa deve abordar todos os valores e filosofia da empresa relativa ao meio ambiente, bem como, apontar as ações

mitigadores necessárias ao atendimento de sua política ambiental por meio dos objetivos, metas e programas ambientais acentuados através dos seus aspectos e possíveis impactos que se relacionam com os processos organizacionais.

BARBIERI (2011:161) ainda enfatiza que:

A Política Ambiental não deve ser redigida de modo a transmitir uma mensagem genérica a ponto de valer para qualquer tipo de organização e que, a mesma, deve ser apropriada à natureza, à escala e aos impactos ambientais das atividades, produtos e serviços da organização.

2.3.2 Planejamento

A Série ISO 14001 recomenda que a organização formule um plano para cumprir sua Política Ambiental. Este plano deve incluir os seguintes tópicos: aspectos ambientais, requisitos legais e outros requisitos, objetivos e metas; e programas de gestão ambiental.

a) Aspectos Ambientais

O objetivo desse item é a empresa fazer um levantamento de todos os impactos ambientais significativos, reais e potenciais relacionados com suas atividades, produtos e serviços, para que possa controlar os aspectos sob sua responsabilidade. A ABNT, NBR ISO 14001: 2004 define aspecto ambiental, “como elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente”.

BARBIERI (2011:163) conclui ressaltando que:

Os aspectos ambientais referem-se ao uso de água, matérias primas, energia, espaço e outros recursos produtivos e do uso do meio ambiente como receptáculo de resíduos dos processos de produção e consumo. Sendo o aspecto ambiental a causa e o impacto ambiental, o efeito.

Devendo-se desse modo, a organização estabelecer, implementar e manter métodos para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços, dentro do escopo de seu SGA, para que ela possa ter controle ou influencia.

b) Requisitos legais e outros requisitos

Destacam-se o atendimento a legislação, normas ambientais aplicáveis e outros requisitos ambientais. Nesta etapa, são definidos critérios para o cadastramento e a divulgação da legislação ambiental, dos códigos de conduta aplicáveis a situações específicas da empresa, e dos compromissos ambientais assumidos pela corporação.

BARBIERI (2011:166) ressalta que uma organização:

Deve estabelecer, implementar e manter procedimentos para identificar e ter acesso a requisitos legais aplicáveis e a outros subscritos por ela, relacionados aos seus aspectos ambientais, e para determinar que eles se aplicam a estes aspectos. Para atender a esse requisito é necessário identificar e analisar a legislação aplicável dos três entes da federação brasileira (União, estado ou Distrito Federal e Municípios), nos quais a organização desenvolve atividades.

Sendo recomendável a avaliação periódica do SGA para identificar oportunidades de melhorias aplicáveis de acordo com sua própria política ambiental, com o propósito do aprimoramento do desempenho ambiental e com a conformidade legal vigente.

c) Objetivos e metas

Esta etapa está relacionada aos objetivos e metas a serem alcançados em um determinado período de tempo além de seguir criteriosamente as fases do planejamento. Afim da melhoria contínua do SGA, através do esforço contínuo de evitar ou minimizar impactos ambientais.

Para a ABNT NBR ISO 14004:2005

Os objetivos e metas devem ser coerentes com a política ambiental, incluindo o comprometimento com a prevenção da poluição, o atendimento aos requisitos legais e subscritos e a melhoria contínua a norma define objetivo ambiental como um propósito ambiental geral, decorrente da política ambiental, que uma organização se propõe a atingir. Meta ambiental como um requisito de desempenho detalhado, aplicável a organização ou a parte dela, resultante dos objetivos ambientais, que necessita ser estabelecidos e entendido para que os objetivos sejam alcançados.

d) Programas de Gestão Ambiental

Deve ser entendido pela empresa como um roteiro para implantar e manter um sistema de gestão ambiental que permita alcançar os objetivos e metas

previamente definido. Deve conter cronograma de execução, recursos financeiros, definição de responsabilidade e prazo para o alcance de objetivos e metas.

BARBIERI (2011:168) cita que para atingir os objetivos e as metas definidas, organização deve:

Estabelecer, implementar e manter programas, incluindo: a atribuição de responsabilidades em cada função e nível pertinente; meios e prazos dentro do qual eles devam ser atingidos. Recomenda-se que cada projeto descreva como os objetivos e metas serão atingidos, incluindo cronograma, recursos e pessoal responsável. Os programas devem ser revisados regularmente para incorporar as modificações em objetivos e metas.

2.3.3 Implementação e Operação

Esse princípio recomenda que para que haja uma efetiva implantação da Série ISO 14001 é necessário atender o que está previsto em sua política, metas e objetivos. Sendo necessário que a definição da estrutura e das responsabilidades relacionadas ao SGA encontre-se diretamente relacionada à implementação e à operacionalização do sistema.

A partir de seu estabelecimento, torna-se possível seu desenvolvimento e continuidade da implantação do SGA. Isso provém do fato de que passa a existir uma definição de atribuições permanentes para os vários sujeitos envolvidos, bem como a coordenação de seus esforços frente ao aparato desenvolvido para a gestão ambiental na organização.

De acordo com ASSUMPÇÃO (2004), a alta administração deve assegurar “a disponibilidade de recursos essenciais para estabelecer, implementar, manter e melhorar o SGA. Esses recursos incluem recursos humanos e habilidades específicas, infraestrutura organizacional, tecnologia e recursos financeiros”.

a) Estrutura Organizacional e Responsabilidade

Esse sistema é definido pelas funções, responsabilidades e autoridades que devem ser definidas, documentadas e comunicadas, a fim de facilitar uma gestão ambiental eficaz. A administração deve fornecer recursos humanos, logísticos, tecnológicos e financeiros. Essenciais para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental.

Para a ABNT, NBR ISO 14001:2004:

A alta administração deve indicar representantes específicos que, independentemente de outras atribuições, devem ter funções, responsabilidades e autoridade definidas para: assegurar que o SGA seja estabelecido, implementado e mantido de acordo com a norma; e relatar a alta administração o desempenho do SGA, para análise, incluindo recomendações para aprimora-lo.

É recomendável que o comprometimento com o SGA comece pelos níveis mais elevados da organização, pois é a alta administração que deve formular a política e assegurar que o SGA seja implantado.

b) Treinamento, Conscientização e Competência.

A empresa deve proporcionar aos seus empregados a conscientização da importância e responsabilidade de atingir a conformidade com a política ambiental, em avaliar os impactos ambientais reais e potenciais, os benefícios ao meio ambiente e ao trabalhador.

Desse modo BARBIERI (2011:171) assegura:

Que a qualquer pessoa que realize tarefas, para ela ou em seu nome, com potencial de causar impactos ambientais significativos, seja competente com base em formação apropriada, treinamento e experiências, devendo manter os registros associados. A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos para que as pessoas que trabalhem para ela e atuem em seu nome estejam conscientes, e ainda, que devam avançar no sentido de ampliar o entendimento sobre o meio ambiente para incluir a sua dimensão social e promover mudanças de atitudes diante das questões socioambientais mais amplas que as relacionadas com as atividades, produtos e serviços da empresa.

Assim as atividades que possam acarretar impactos ambientais significativos devem ser executadas por pessoal competente para atender os requisitos do SGA. E a própria administração traçar o nível de detalhamento dos programas de treinamentos e conscientização.

c) Comunicação

A empresa deve manter procedimentos de comunicação interna e externa. A empresa deve receber documentar e responder toda documentação recebida pela parte externa interessantes no aspecto ambiental e no sistema de gestão ambiental.

Assim, JUNHO (1998) afirma que:

A documentação interna deve ser em comunicação dos funcionários sobre questionamentos, sugestões, ou reclamações sobre aspectos ambientais.

Quanto à comunicação externa é de extrema importância que o procedimento especifique como a documentação é recebida (por quem, o que é feito, quando, onde), como as informações são repassadas (por quem, para quem, em que prazo), quem prepara e quem envia a resposta aos questionamentos das partes interessadas.

c) Documentação do Sistema de Gestão Ambiental

A documentação deve ser compreendida pelo público interno e externo, na qual a empresa mantém relações. Recomenda-se que a empresa defina os vários tipos de documentos, estabeleça e especifique os procedimentos e controle a eles associados.

A norma NBR ISO 14004:96 recomenda:

Que os processos e procedimentos operacionais do SGA sejam definidos e adequadamente documentados e, quando necessário, atualizados. Os vários tipos de documentos que estabelecem e especificam procedimentos e controles operacionais eficazes devem estar claramente definidos. A existência de uma documentação do SGA contribui para conscientizar os empregados sobre o que é necessário para atingir os objetivos ambientais da organização, além de permitir a avaliação ambiental, tanto do sistema quanto do desempenho.

As organizações devem fixar procedimentos claros para controlar todos os documentos exigidos pela ISO 14001. Tais documentos devem ser facilmente localizados e periodicamente e revistos, analisados e atualizados.

d) Controle de Documentos

Segundo a norma ABNT, NBR ISO 14001:2004, a organização deve estabelecer, implantar e manter procedimentos para:

Aprovar documentos quanto as sua adequação antes de seu uso: analisar, atualizar e, se for o caso, reaproveitar documentos; assegurar que as alterações e a situação atual da revisão sejam identificadas; assegurar que as versões relevantes de documentos aplicáveis estejam disponíveis em seu ponto de uso; assegurar que os documentos permanecem legíveis e prontamente identificáveis; assegurar que os documentos de origem externa entendida como necessários ao planejamento e operação do SGA sejam identificados e que sua distribuição seja controlada; e prevenir a utilização não internacional de documentos obsoletos e utilizar identificação adequada, caso sejam retidos para qualquer finalidade.

Os documentos devem obedecer a procedimentos para seu controle, de maneira que toda a documentação possa ser localizada, analisada e periodicamente atualizada quanto à conformidade com os regulamentos, leis e outros critérios

ambientais assumidos pela empresa. E devendo ainda ser legíveis, datados, incluindo datas das revisões de fácil acesso para a sua identificação.

e) Controle Operacional

No Controle operacional a empresa deve identificar as operações e atividades potencialmente poluidoras. Esse controle visa garantir o desempenho ambiental da empresa, deve ser realizado abordando as principais atividades que impliquem em controle ambiental: resíduo, efluente líquido, emissões atmosféricas, consumo de água e energia.

Para BARBIERI (2011:179) este requisito estabelece que a organização “deve identificar e planejar as operações associadas aos aspectos ambientais significativos identificados de acordo com a sua política, objetivos e metas para assegurar que elas sejam realizadas sob condições já especificadas”.

f) Preparação e atendimento a emergências

A organização deve manter mecanismos que possam ser acionados em caso de emergência e eventos não controlados. Isso implica em identificar as possíveis situações emergenciais, definir formas de mitigar impactos ambientais e treinar periodicamente uma brigada de emergência.

A norma ABNT, NBR ISO 14001:2004, recomenda que leve em consideração os seguintes elementos:

A natureza do perigo e medidas que devam ser tomadas; o tipo é a escala mais provável de uma situação de emergência ou acidente; métodos apropriados para responder a essa situação; planos de comunicação interna e externa; ações para minimizar o impacto e ações de mitigação e resposta a serem tomadas em diferentes tipos de acidentes e emergências; lista de pessoas chaves e de órgãos de atendimentos, incluindo informações para contato; rotas de evacuação e pontos de encontros; treinamento de pessoal de resposta a emergências; e possibilidades de assistências mútuas entre organizações vizinhas.

2.3.4 Verificação e Ação Corretiva

Este item da norma cria condições para verificar se a empresa está de acordo com o programa de gestão ambiental previamente definido, trata as medidas preventivas, identifica aspectos não desejáveis e mitiga quaisquer impactos negativos. A Verificação e Ação Corretiva são orientadas por quatro etapas do

processo de gestão ambiental: Monitoramento e Medição, Não-conformidade e Ações Corretivas e Preventivas, Registros e Auditoria do SGA.

a) Monitoramento e Medição

O sistema deve prevê as ações de monitoramento e controle para verificar a existência de problemas e formas de corrigi-los. O estabelecimento de medidas e o acompanhamento do desempenho ambiental da empresa são ferramentas úteis no sentido de gerenciar as atividades ambientais, principalmente aquelas consideradas estratégicas.

Para SEIFFERT (2010:177):

Esse subsistema envolve o estabelecimento e a manutenção de procedimentos documentados para monitorar e medir, periodicamente, as características principais das operações e atividades de uma organização que possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente. Tais procedimentos incluem o registro de informações para acompanhar o desempenho, controles operacionais pertinentes e a conformidade com os objetivos e metas da empresa.

b) Não conformidade e Ações Corretivas e Preventivas

Não conformidade significa qualquer evidência que foge dos padrões estabelecidos com base nos aspectos legais. Ações Corretivas são procedimentos que possibilitem a eliminação da não-conformidade e sua não reincidência.

A NBR ISO 14001:2004 determina que a organização deva estabelecer, implementar e manter procedimentos para tratar as não conformidades reais e potenciais, e para executar ações corretivas e preventivas. Os procedimentos devem definir requisitos para:

Identificar e corrigir não conformidades e executar ações para mitigar seus impactos ambientais; investigar não conformidades, determinar suas causas e executar ações para evitar sua repetição; avaliar a necessidade de ações para prevenir não conformidades e implementar ações apropriadas para evitar sua ocorrência; registrar os resultados das ações corretivas e preventivas executadas; analisar a eficácia das ações corretivas e preventivas executadas.

A organização deve assegurar que sejam feitas as mudanças necessárias na documentação do SGA. O monitoramento ambiental, as auditorias, as sugestões de

funcionários, as reclamações procedentes de partes interessadas, etc. podem ser as fontes de identificação de não conformidades.

c) Registros

A empresa deve estabelecer procedimentos para registro de atividades do SGA, incluindo informações de treinamentos realizados, estes registros devem ser claros quanto ao seu conteúdo, mantidos em ambientes seguros, estarem prontos para consulta.

SEIFFERT (2007:235) complementa citado que:

O subsistema que compõe os registros ambientais possibilita à organização estabelecer e manter procedimentos para a identificação, manutenção e eliminação de registros ambientais. Os registros devem incluir dados de treinamentos, resultados de auditorias e análises críticas. O formato dos registros ambientais deve ser legível e identificado, de modo a possibilitar o rastreamento de atividades, produtos ou serviços. Os registros devem ser arquivados e mantidos de maneira que permita seu rápido acesso, também sendo protegidos contra avarias, deteriorações ou perdas, sendo seu período de retenção preestabelecido e registrado. Esse subsistema pode ser atendido plenamente pelo procedimento que já atende aos requisitos da ISO 9001 sem nenhuma alteração.

d) Auditoria do Sistema de Gestão Ambiental

Entende-se por auditoria o procedimento de verificação dos cumprimentos das etapas de implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental, devendo ser realizado periodicamente. “Buscando-se determinar se o SGA está em conformidade com as diretrizes estabelecidas para a gestão ambiental, bem como as da norma ISO 14001, além de verificar sua efetiva implantação e manutenção” SEIFFERT, (2007:237).

De acordo com Cajazeira (1998:68), as auditorias podem ser classificadas como:

De primeira parte – quando a auditoria é executada pela própria organização; de segunda parte – quando a auditoria é realizada por uma organização sobre a outra com propósitos próprios, caso típico de auditoria de fornecedores; de terceira parte – quando uma organização independente efetua a auditoria sobre outra organização. São tipicamente as auditorias de certificação, efetuadas pelo BVQI, ABS, DNV, SGS, entre outras.

O autor classifica ainda, as auditorias segundo o tipo, a saber:

De adequação – determina a extensão da adequação de um sistema documentado, representado por um manual e procedimentos, frente aos requisitos da norma em questão; de conformidade – determina a extensão pelo qual um sistema documentado é entendido, implantado e observado por uma organização. Neste tipo de auditoria, o auditor procura pela conformidade entre o arranjo estabelecido e a implantação do arranjo organizacional; de produto, projeto e processo – é uma auditoria vertical que observa o sistema produtivo de um produto específico ou serviço.

É recomendável que antes de ser realizada a auditoria de certificação, sejam feitas auditorias internas e ainda uma pré-auditoria, que não seja realizada pelo órgão certificador. Vista que, o SGA pode não identificar eventuais irregularidades, mas que, poderão ser visualizados pelo órgão certificador. Somente depois da realização das auditorias internas é que se deve submeter o sistema à auditoria de terceira parte.

2.3.5 Análise Crítica

É o momento em que a administração após a auditoria identifica a necessidade de possíveis alterações na Política Ambiental, nos seus objetivos e metas, ou em outros itens do sistema, aqui o processo de gestão é revisado, bem como o processo de melhoria contínua exercitado.

Portanto SEIFFERT (2007:238) aponta que a busca pela adequação e eficácia contínua do SGA é atribuição de uma revisão crítica pela gerência.

Ele deve garantir a coleta de informações necessárias, permitindo que a administração realize suas avaliações de forma documentada. Uma análise crítica deve considerar a necessidade de mudanças na política ambiental, seus objetivos e os componentes relacionados ao SGA, com base nos resultados levantados pelo subsistema de auditorias, além de mudanças contextuais, considerando sempre o comprometimento com a melhoria contínua.

Para a administração desse elemento da norma, sugere-se montar um manual contendo todas as informações sobre o gerenciamento dos aspectos ambientais da unidade. ASSUMPÇÃO (200:101) dispõe que “o manual, podem ser registrados o andamento e as evoluções ocorridas com os aspectos ambientais. Esse manual deve ser atualizado periodicamente e levado para conhecimento da alta administração”.

2.3 VANTAGENS DA AQUISIÇÃO DE UMA EMPRESA CERTIFICADA

Com a implantação da NBR ISO 14001, as empresas certificadas demonstram uma melhoria no desempenho ambiental de suas atividades, maior que as empresas não certificadas, além de um maior atendimento a legislação ambiental vigente. É visto que empresas não certificadas possuem um nível de não atendimento aos regulamentos e legislações ambientais, maior do que as certificadas. Isso porque um dos requisitos da norma está relacionado com “Atendimento aos Requisitos Legais e Outros”. Além disso, a empresa passa a monitorar os aspectos e impactos advindos de suas atividades por meio de programas de monitoramento que visam a melhoria contínua do desempenho ambiental empresarial.

SEBRAE (2004) caracteriza a certificação ISO 14001 como:

Como uma estratégia essencial para a competitividade industrial e para o aumento do reconhecimento da empresa no mercado internacional. Mas, alguns fatores influenciam a opção da empresa em certificar ou não seu sistema de gestão ambiental, sendo eles: o tamanho do estabelecimento e seus recursos, as pressões externas e a participação no comércio internacional.

A certificação de um Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001 é atualmente um requisito essencial para as empresas que desejam comercializar seus produtos em um mercado globalizado.

Deste modo, SEIFFERT (2005: 32) define a ISO 14001 como:

Uma norma de sistema que reforça o enfoque no aprimoramento da conservação ambiental pelo uso de um único sistema de gerenciamento permeando todas as funções da organização, não estabelecendo padrões de desempenho ambientais absolutos os princípios enunciados possibilitam o estabelecimento de uma visão integrada da gestão ambiental em uma organização. Embora seus enunciados apresentem um caráter amplo, eles possibilitam o embasamento de linhas de ação integradas, as quais levam a operacionalização de um Sistema de Gestão Ambiental.

Portanto as organizações precisam de uma certificação ambiental para concorrer no mercado, decorrente a isso foi necessária à criação destas normas de caráter mais abrangente e de aceitação internacional, o que tem gerado uma onda de normalização em escala mundial, principalmente quanto à qualidade do produto e da produção em si. Outra consequência dessa globalização é o aumento da

competitividade, que por sua vez motivou a necessidade de um melhor aprimoramento técnico e de qualidade.

ALBERTON *et al* (2004) apontam os principais motivos por que as empresas buscam a certificação:

A necessidade de demonstrar um desempenho ambiental capaz de atender à legislação vigente, de prevenir impactos ao meio ambiente, de fortalecer a imagem institucional junto à comunidade, de reduzir riscos de multas e penalidades e, conseqüentemente, de aumentar a competitividade.

Complementa ainda:

Que a necessidade de demonstrar um desempenho ambiental capaz de atender à legislação vigente, de prevenir impactos ao meio ambiente, de fortalecer a imagem institucional junto à comunidade, de reduzir riscos de multas e penalidades e, conseqüentemente, de aumentar a competitividade são motivos que levam à busca pela certificação com o certificado de excelência em qualidade e sistema de gestão ambiental ISO 14001.

2.4 GESTÃO AMBIENTAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

A gestão ambiental é uma ferramenta de essencial importância na vida das organizações e é entendida como “as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente” (BARBIERI, 2007:114).

Essa ferramenta de gerenciamento ambiental vem ganhando um espaço cada vez maior no meio empresarial. O desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade mundial acaba por envolver também o setor empresarial, pois a gestão ambiental vem sendo encarada como um assunto estratégico nas organizações, porque além de estimular a qualidade ambiental também possibilita a redução de custos diretos (redução de desperdícios com água, energia e matérias-primas) e indiretos (por exemplo, indenizações por danos ambientais).

Segundo SEIFFERT (2006:120) “A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001) pode resultar em benefícios econômicos, ambientais e estratégicos. O interesse pela obtenção desses benefícios incentiva a empresa a ter uma postura responsável com relação às práticas ambientais”.

Com a globalização dos mercados, a mudança da visão dos clientes com referência a produtos, processos e serviços, tem levado as empresas a buscarem certificação para garantir sua conformidade com padrões de sistema de qualidade ambiental definidos internacionalmente.

Segundo DONAIRE (1999:183)

Os futuros consumidores serão mais exigentes com relação à preservação ambiental e à qualidade de vida devido à globalização dos negócios, à internacionalização dos padrões de qualidade ambiental, à conscientização crescente dos atuais consumidores e à disseminação da educação ambiental nas escolas.

TACHIZAWA (2008:15) concorda com essa afirmação, quando diz que, “os novos tempos caracterizam-se por uma rígida postura dos clientes, voltada para a expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável”.

A novo modelo de administrar se relaciona não apenas com pressão por parte da sociedade, como também com a regulamentação de leis que forçam as empresas a redesenharem suas diretrizes de atuação e influenciam as organizações a desenvolverem sua missão. Modificando o paradigma da visão tradicional da empresa e adequando-a a nova administração empresarial, onde as questões socioambientais são incorporadas a rotina do ambiente dos negócios.

2.5 GESTÃO AMBIENTAL E O CONSUMIDOR

O ato de consumir está presente em toda e qualquer sociedade humana. Desde o surgimento das primeiras comunidades e aglomerados sociais, percebe-se o consumo como uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico, tendo seu início com as primeiras trocas comerciais (mercantil) e se estendendo até a cultura consumista atual (capitalismo).

A sociedade de consumo se caracteriza pela abundância de ofertas, pelo poder exercido pelos meios de comunicação de massa e pelo desenvolvimento econômico acelerado derivado do capitalismo.

BARBOSA (2004) cita:

Alguns dos fatores que levaram ao surgimento da sociedade de consumo – termo amplamente utilizado para definir a nova sociedade que surgiu entre os séculos XVI e XVIII – foram: o aparecimento de todo um conjunto de novas mercadorias no cotidiano dos diversos segmentos sociais, derivado da expansão ocidental para o oriente, a partir do séc. XVI; a Revolução Industrial, iniciada na Grã-Bretanha em meados do séc. XVIII; o desenvolvimento de novos meios de produção e modalidades de consumo, bem como sistemas e práticas de comercialização que buscavam o alcance de novos mercados de consumidores; a passagem do consumo familiar para o consumo individual e a transformação do consumo de pátina –referente a um ciclo de vida mais longo dos objetos –para o consumo de moda –este, mutável e incessante

Segundo BAUDRILLARD (2005: 19)

Chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado.

Esse modelo econômico adotado atualmente proporciona e induz a um alto padrão de consumo, que, mesmo ao alcance de poucos, é insustentável pelos danos que acarreta para o meio ambiente. Diante desse cenário, sabe-se que é preciso alterar os padrões de consumo.

SPÍNOLA (2001:213) comenta que uma sociedade com ética de vida sustentável, “seus consumidores deverão reexaminar seus valores e alterar seu comportamento. A sociedade deverá estimular os valores que apoiem esta ética e desencorajar aqueles incompatíveis com um modo de vida sustentável”.

Assim, a ideia de consumo sustentável torna-se o principal alicerce na formulação de uma nova sociedade. O consumo sustentável nasce da mudança de atitude dos consumidores e da sociedade em geral, é a forma de consumo que utiliza os recursos naturais para satisfazer as necessidades, sem comprometer as necessidades de gerações futuras.

O consumidor deve, portanto, ser incentivado a fazer com que o seu consumo seja também um ato de cidadania, ao escolher em que mundo quer viver. Cada indivíduo deve escolher produtos e serviços que satisfaçam suas necessidades sem prejudicar o bem-estar da coletividade, seja ela atual ou futura.

O consumo consciente e responsável é a principal manifestação de responsabilidade social do cidadão. Para ALMEIDA, (2002),

A responsabilidade social é uma nova consciência do contexto social e cultural no qual se inserem as empresas e os cidadãos. Ela busca um desenvolvimento que tenha a dimensão humana e a harmonia com os ecossistemas como eixos principais, sendo por isso considerado sustentável, partindo da premissa que os indivíduos, enquanto consumidores devem adotar comportamentos de consumo mais compatíveis com os imperativos ambientais e, como cidadãos, devem ter plena consciência de seu papel e das consequências de suas ações, para contribuir de forma decisiva, seja individualmente como voluntário ou coletivamente, de forma organizada, para construir uma sociedade justa, igualitária e mais responsável.

O INMETRO (2002:59-62) auxilia os consumidores a:

Dar preferência a produtos de empresas que possuem uma clara preocupação com o meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, evitar o consumo prejudicial às gerações futuras, dar preferência às empresas que não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar o poder de compra para defender o emprego no país, adquirindo produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas que são éticas em seu relacionamento com os consumidores, os trabalhadores, os fornecedores, a sociedade e o Poder Público, são algumas das ações do consumidor consciente.

O consumidor detém domínio, sobre o poder de escolha perante os produtos e serviços à sua disposição no mercado. Entretanto, esse poder somente poderá ser efetivamente exercido quando os indivíduos tiverem ciência de sua existência e de sua força. Para tanto, a educação ambiental se torna indispensável na conscientização dos cidadãos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC (2004:11),

A atitude dos consumidores está mudando. Além de preço e qualidade, eles estão cada vez mais atentos a aspectos relacionados ao comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores; a normas de preservação ambiental; à ética na publicidade e nas práticas empresariais; a promoção do bem-estar social; etc. A transparência das empresas em relação a essas informações também passa a ser valorizada, tornando-se a principal ferramenta para o consumo consciente e cidadã.

A atuação do consumidor no mercado traz reflexos diretamente no desempenho de uma organização e do meio que o habita, podendo gerar resultados positivos ou negativos dependendo de sua conduta perante as questões socioambientais. A concepção de uma nova consciência, que traga bons desempenhos só é possível por meio da constituição de uma educação ambiental.

3 APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: ANÁLISE NA EMPRESA CERÂMICA TARUMÃ LTDA – ME DE ITAITUBA-PA

O presente capítulo trata-se da caracterização da área de estudo na percepção de um gestor do município de Itaituba, Estado do Pará. O mesmo apresenta um breve histórico da empresa em análise, assim como, ressalva, a aplicabilidade da Gestão Ambiental dentro de sua organização.

3.1 PROBLEMÁTICA

Meio ambiente é um composto que a cada década vem se tornando uma realidade dentro de empresas que buscam atender as novas necessidades do consumidor contemporâneo. No entanto, ainda há barreiras diante do encontro, desenvolvimento e sustentabilidade, perante o fator, crescimento econômico, se tornando necessário saber os reais motivos da resistência da implantação desta gestão estratégica nas organizações.

Para alcançar a sustentabilidade, é necessário alinhar suas atividades econômicas com as sociais e ambientais, sendo de suma importância o conhecimento de todas as etapas e fases do processo, não somente o gestor, como todos os departamentos organizacionais até o usuário final, onde cada participante possam se sentir integrantes dos novos processos adquiridos ou a serem implantados.

Um processo ambientalmente correto é também economicamente viável, pois investimentos para produzir e atender com a melhor qualidade possível, acatando os requisitos legal, ambiental e social, representa taxa significativa de crescimento no âmbito econômico. Contudo cabe responder as seguintes questões:

1. Quais os desafios encontrados pela implantação do sistema de gestão ambiental?
2. De que forma o sistema de gestão ambiental deve ser implantado para se ter êxito?
3. Quais os benefícios encontrados pelas organizações que adota o desenvolvimento sustentável como estratégia empresarial?

3.2 JUSTIFICATIVA

Este projeto foi elaborado com a finalidade de identificar benefícios implantados com a aplicação da gestão ambiental nas organizações empresarias como adoção estratégica de negócio. As ações relacionadas a questão ambiental são evidenciadas para além do cumprimento da legislação e regulamentos, sendo assim, necessária a implantação de um modelo de gestão empresarial, com fins de obterem vantagens competitivas agregando selo de qualidade tanto aos produtos quanto a própria organização, e, por conseguinte a maximização do lucro, atribuídos por indicadores de desenvolvimento sustentáveis.

O olhar sobre o meio ambiente deixou de ser apenas preocupação de ecologista e passou a ter grande relevância nas estratégias empresarias. Algumas empresas estão buscando ampliar a filosofia de satisfação das necessidades do consumidor, objetivando uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Diante dessa nova percepção, a organização empresarial, estabelece novos rumos para obtenção do lucro. Cada vez mais a qualidade do produto está relacionada à relação da empresa com a sociedade. Esses fatores determinam o comportamento dos consumidores, visto que fatores como preço não estão sendo suficiente para a obtenção de um mercado consumidor. Para uma empresa sobreviver no mercado é preciso que ela não apenas seja economicamente lucrativa, mas que também seja ecologicamente correta e que se preocupe com a sociedade na qual está inserida.

Verifica-se, portanto, a relevância do presente estudo, o qual procura ampliar ainda mais, o conhecimento perante, a aplicabilidade da gestão ambiental, ao cenário de uma empresa no município de Itaituba-PA.

3.3 METODOLOGIAS APLICADA A PESQUISA

Pesquisa metodológica é o estudo que se refere à elaboração de instrumentos de captação ou de manipulação da realidade. Está, portanto, associada a caminhos, formas, maneiras, procedimentos para atingir determinado fim.

Para KAPLAN (1969:25)

Metodologia representa os princípios filosóficos ou lógicos suficientemente específicos a ponto de poderem estar particularmente relacionados com a ciência, distinguida de outros afazeres humanos (...) os métodos incluem procedimentos como os da formação de conceitos e de hipóteses, os de observação e da medida, da realização de experimentos, construção de modelos e de teorias, da elaboração de explicações e da predição.

Este estudo caracteriza-se como exploratório, uma vez que, propõe ampliar discursos sobre a aplicabilidade da gestão ambiental no ambiente empresarial. De forma semelhante, Segundo SELTZ et al. (1965:89), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

O objeto da pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, visto que, os dados do presente estudo foram coletados por meio de livros, artigos e revistas pesquisados na internet, no intuito de atingir o objetivo proposto. Nesse sentido GIL (2012) “afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em matérias já elaboradas, principalmente em livros e artigos científicos”.

Essa análise tem como suporte o estudo de caso, que auxiliou na busca pela examinação do fenômeno pesquisado, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa uma vez que pretendemos ampliar o conhecimento sobre a temática apresentada, foi-se elaborado um questionário, para a coleta de dados, com 12 perguntas semiestruturadas, dirigidas ao gestor da empresa Cerâmica Tarumã LTDA, possibilitando ao mesmo demonstrar as suas habilidades e seus conhecimentos relacionados com a temática em discussão.

3.4 CARACTERIZAÇÕES DA EMPRESA/ PERFIL DO ENTREVISTADO

A empresa Cerâmica Tarumã Ltda – ME, está localizada na Av. Fernando Guilhon, Sn, Parque Vitoria, Itaituba, PA, CEP 68181-140, de CNPJ: 10.251.486/0001-94, sua natureza jurídica é classificada como uma empresa de sociedade empresaria limitada, exercendo como principal atividade econômica a fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos, constituída em 18 de Março de 1986. O gestor atualmente é o sócio administrador, Sr. Fabrício Priante Schuber, a empresa conta com aproximadamente 26 funcionários que atuam de forma direta no processo de produção.

O empresário nasceu em Itaituba estado do Pará, aonde reside ultimamente, formado em Administração pela CESUPA desde 2000, casado, pai de dois filhos, Fabricio Priante Schuber, se destaca em outras atividades, pois o mesmo e presidente da Associação Empresarial e Industrial de Itaituba-ASEII, onde desempenha ações de sustento a economia local.

3.5 HISTÓRICO DA EMPRESA

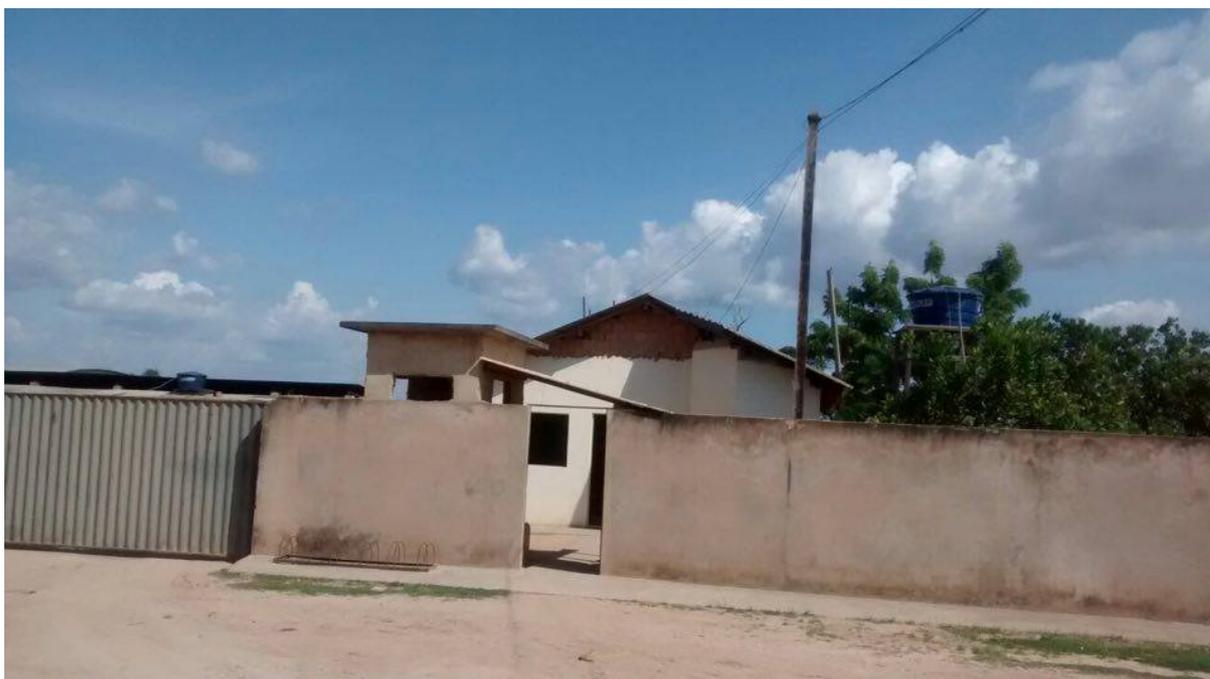


Imagem 01: Frente da empresa Cerâmica Tarumã Ltda – ME
Fonte: Campelo (2016)

No ano 1986, Vilson João Schuber funda a empresa, Cerâmica Tarumã Ltda - ME, com pouca estrutura física e financeira, mas que permitia o seu funcionamento junto ao mercado itaitubense, a parte administrativa, contava com serviços de terceiros, seu Vilson acompanhava de longe a gestão de sua empresa, o que dificultava em muitas vezes o seu crescimento.

A aplicação de ferramentas gerencias adequadas que auxiliassem o bom desempenho dos seus processos organizacionais, não ocorria com isso seu mercado consumidor não alavancava.

A cidade de Itaituba contava com outras empresas com a mesma linha de atividade o que dificultava ainda mais a capitação de mercado e a continuidade do negócio, e perante todo esse contexto houve a necessidade da implantação de uma

nova gestão, assim o início de uma nova administração gerida pelo filho de Wilson João Schuber. O início de sua direção foi partir do ano de 2007, Fabrício Priante Schuber, trouxe consigo uma nova roupagem a empresa de seu pai, com a aplicação de estratégias gerências adquiridas na academia, tornando-a, a mais modernizada empresa em seu ramo de mercado, procurando ofertar produtos com qualidade visando atender os requisitos dos seus consumidores.

A empresa Cerâmica Tarumã Ltda – ME, pela sua qualidade não só do produto como pelo seu compromisso com os prazos de entrega de seus produtos, adquiriu grandes parcerias obtendo o fornecimento de produtos de grandes obras locais.

Fabricio menciona que conseguia ver naquela empresa prosperidade e nicho de mercado, possibilidades de crescimento, então o empresário apostou no planejamento, na criatividade e em tecnologia, e vem dando certo, mesmo com muito a se fazer.

3.6 EXPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A primeira e a segunda perguntas estão relacionadas à Política Ambiental, propondo saber se a empresa em questão possui uma política, e quais as iniciativas tomada pela mesma.

O Sr. Fabrício menciona que sim, pois dentro de qualquer atividade até mesmo essas mais simples do dia a dia, interagem com o meio ambiente, através dos aspectos que poderiam causar impactos positivos ou negativos, cabendo a cada pessoa fazer essa análise com intuito de escolher o melhor processo e com menor impacto possível. E dentre as práticas ambientais em implementação pelo gestor está “o aumento da eficiência energética”, com a implantação de um forno, que está em fase de finalização, com capacidade de produzir três vezes mais a produção atual e com menor emissão de gases, pois o uso de combustível, no caso a madeira, reduzirá. Vista a abundante reserva de potência tanto em volume quanto em queima da fornalha, sobrepondo as perdas de calor e elevando a temperatura em taxa satisfatória.

Outra prática a ser apontada pelo empresário é “a redução da geração de resíduos sólidos “a partir da diminuição da queima de madeira que ocasiona um elevado volume de cinzas”. E por fim “a redução, utilização e reciclagem de recurso”,

oriundo da educação ambiental estabelecidas aos funcionários, quanto a conservação dos equipamentos de trabalho, e EPIs (equipamento de proteção individual).

A terceira questionou-se, se a empresa conhece ou já ouviu falar na ISO 14000?

O gestor da empresa afirma que “Sim, tenho conhecimento”. Ele menciona que as empresas não deveriam se preocupar somente com a maximização do lucro, e justifica dizendo que, possui concorrente seu, com o volume de produção maior que o seu, pelo fato de não haver nenhuma ação mitigadora dos impactos gerados por suas atividades operacionais, porém ele não encara esse aspecto, como uma perda, pois investir em qualidade nunca será um prejuízo.

A empresa possui o selo ISO 14001? Foi à quarta pergunta feita ao gestor.

A resposta foi não, justificando-se que a implantação programas ambientais em uma empresa, não pode ser visto como algo difícil e dispendioso, e sim como um fator de resultado, por esse motivo, devendo implantar o que melhor atender nossas necessidades de acordo com a nossa realidade, para que se tenha resultado satisfatório.

A quinta questão foi a seguinte: De que forma a gestão ambiental é introduzida na administração da empresa?

A resposta afirma que, é introduzida, a partir da prevenção da poluição e conseqüentemente das autuações efetuadas pelos órgãos ambientais; diminuição do consumo de insumos e matérias-primas: minimização ou eliminação de impactos ambientais: educação ambiental: uso de tecnologias que permitem otimizar o processo operacional. Segundo o gestor, essas são as ferramentas que hoje ele consegue associar a administração de sua empresa.

Na sexta questão, perguntou-se, se a empresa possui algum programa de conscientização sobre meio ambiente junto à população? Se a resposta for sim, especifique.

A resposta foi não. O Sr. Fabrício explica que, trabalha a questão da educação ambiental só na parte interna a empresa, porém são planos futuros

trabalhar o social, e que ainda não colocou em prática devido a disponibilidade de tempo.

Que tipo de resíduos a empresa produz? E o que é feito com esses resíduos? Foi o sétimo questionamento.

O empresário respondeu que os principais resíduos sólidos provenientes do processo produtivo desta atividade são as peças defeituosas, trincadas ou quebradas que constituem os cacos; as cinzas provenientes da queima da lenha no cozimento das peças. Geralmente, o armazenamento dos cacos ocorre no pátio da cerâmica, ao ar livre. Em relação às cinzas, ela é dispersa ao solo, vista que são cinzas de madeiras, e não agredem o solo.

Na oitava questão perguntou-se: a empresa realiza algum investimento relacionado a ações ambientais listadas abaixo?

Sim, foi à resposta do gestor e dentre as opções ele destacou a aquisição de equipamentos menos poluentes, proveniente da implantação de fornos mais eco eficientes: iniciativas de educação ambiental interna, impostas através da iniciativa de conscientizar seus funcionários a adotarem condutas ambientais, e por fim, melhoria de políticas, práticas e processo ambientais, que segundo ele é um processo contínuo de aprimoramento.

A nona pergunta foi: De que forma as práticas ambientais auxiliam nas estratégias empresarias?

O empresário responde que a adoção de práticas ambientais possibilita ao mesmo, ter um alcance maior de mercado, destacando ainda, que pelo fato da empresa ser a primeira no ramo no município de Itaituba, a introduzir a variável, meio ambiente, em suas estratégias lhe proporciona vantagens competitivas com alcance de curto á longo prazo.

Quais as principais dificuldade encontradas pela empresa para implementar práticas ambientais? Foi o decimo questionamento.

Dentre as opções Fabricio destaca recursos econômicos e tecnológicos, pois a falta de recursos financeiros dificulta e inviabiliza a aquisição de tecnologias de adequação e aprimoramento dos processos, para que se possa minimizar os

impactos causados durante o processo produtivo, capazes de produzir efeitos significativos tanto em aspectos socioambientais como econômicos.

Na décima primeira questão, perguntou-se: Quais os benefícios que a Gestão Ambiental proporciona a empresa?

O Sr. Fabrício apontou os seguintes pontos: melhoria da qualidade do produto; abertura de mercado através do aumento da possibilidade de contratos com grandes empresas que necessitam alinhar seus fornecedores junto à sua política ambiental; atendimento aos requisitos legais eliminando as possíveis autuações efetuadas pelos órgãos ambientais; melhores relações com a vizinhança assim como seus consumidores; maximização do lucro e minimização de custos operacionais.

Existe alguma ação que a empresa gostaria de implantar que esteja relacionada à Gestão ambiental?

O administrador responde que sim, mencionando que possui um projeto que envolve a comunidade, pretende explorar a argila através da fabricação de artesanatos, Fabrício espera uma maior socialização com o social, assim como propor as pessoas um aprendizado a mais e gerar uma renda extra aos participantes do projeto.

3.7 SUGESTÕES DE MELHORIAS

A empregabilidade da Gestão Ambiental no ambiente Empresarial de forma adequada e eficiente, que atenta às necessidades econômicas, do meio ambiente e do social, permitirá a empresa alcançar o desenvolvimento sustentável, pois a eficácia de suas atividades e processos é resultado final, da interiorização do fator, qualidade de vida, que por sua vez, está diretamente ligada à conduta da organização e do modo que ela se relaciona aos aspectos que compõem o meio externo.

Depois de coletadas as informações necessárias à nossa pesquisa, elas foram analisadas, e sugerimos as seguintes melhorias:

Aprimorar sua eficiência energética através da viabilidade técnica e econômica do uso de materiais alternativos, como o cultivo de bambus, para a

queima nos fornos, facilitando assim a obtenção de matéria prima de baixo custo. O uso do bambu diminui o impacto sobre as florestas de madeiras de espécies nativas, e por ser uma gramínea que pode ser colhido em três anos e, portanto, com tempo menor de renovação quando comparado com a madeira, trará mais rendimentos e conseqüentemente menos custos ao processo de produção que refletira diretamente do produto final.

A empresa poderia optar pela utilização das cinzas oriunda da queima da madeira para alimentação das caldeiras de cozimento da cerâmica para servir como adubação no campo de plantio, de uma horta comunitária por exemplo. A cinza adicionada a outros adubos auxiliam o processo de crescimento das plantas. E futuramente se o empresário aderir o uso de materiais alternativos, essas cinzas poderiam contribuir para o cultivo de suas próprias gramíneas evitando seu lançamento no meio ambiente.

A empresa poderia aprimorar ainda mais as ações voltadas para a comunidade através da doação dos materiais danificados no processo de armazenamento ou que se encontram fora do padrão de qualidade para o mercado, beneficiando instituições ou associações de moradores. Assim além da empresa prestar ações sociais, a mesma estará repassando a sua marca a quem não a conhece.

A empresa poderia realizar diariamente ou de acordo com o processo produtivo a coleta dos restos de cerâmicas resultantes de quebra de telhas e tijolos durante produção e armazenamento do produto, como também o excesso do material que não foi utilizado ou superou a capacidade das formas onde serão modelados os tijolos e telhas devendo ser coletados e recolocados no depósito de argila para futura reutilização, deste modo, será possível a redução do desperdício de matéria prima.

O gestor poderia aprimorar a educação ambiental interna, passando para os funcionários uma visão mais ampla da administração de recursos de forma ambientalmente correta, para que eles possam ver algo além do conservamento de suas ferramentas de trabalho e EPIs, para que de fato, possam compreender os objetivos da empresa e possam contribuir ainda mais para a sua realização, pois o comprometimento de todos deve estar alinhado.

CONCLUSÃO

Diante da análise dos dados obtidos por meio desse estudo, é possível afirmar que a empregabilidade da Gestão Ambiental dentro do cenário empresarial, proporciona aos gestores um leque maior de oportunidades, vista que os mesmos, são impulsionados a ter uma visão holística, canalizando assim, todos os aspectos ligados a empresa, tornando suas estratégias empresariais mais eficientes e eficazes.

Assim como, os fatores que mais estimulam as estratégias ambientais nas empresas são em linhas gerais: competitividade, maior satisfação do cliente, melhoria da imagem da empresa, conquistas de novos mercados, redução de custos e redução de riscos.

Percebe-se que a adoção da gestão ambiental, é um desafio constante e crescente para as empresas delinarem estratégias de gestão que impulsionem uma conscientização ambiental sobre práticas empresariais comprometidas com responsabilidade socioambiental.

Também observou-se que a responsabilidade das empresas frente ao meio ambiente tem como base a análise da forma que as organizações interagem com o meio em que habitam e praticam suas atividades, desse modo a problemática ambiental é encarada de diversas maneiras, cabendo as empresas aplicarem ações mitigadoras de acordo com sua realidade para que obtenham resultados satisfatórios.

Verificou-se ainda, que de nada valerá as estratégias de negócios de uma empresa, se a própria não considerar que tudo depende da boa execução dos processos que compõem sua cadeia produtiva e da utilização de modelos e processos de gestão ambientais adequados. Devendo levar em consideração, que os resultados econômicos passam a depender, portanto, cada vez mais de decisões empresariais que levem em conta que não há conflito entre lucratividade e a questão socioambiental.

Portanto a análise nos mostrou que investir em práticas ambientais é, dar espaço para a qualidade de vida como o todo é desenvolver de forma sustentável, é o olhar para o novo consumidor, para o exigente mercado, para a crescente concorrência e principalmente para o futuro que já se torna presente, e para que as

empresas se mantenham no mercado de forma competitiva deveram aderir essa ferramenta de gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 14001. Rio de Janeiro:ABNT,2004.Disponivelem:<http://www.abnt.org.br/certificacao/tipos/sistemas#faqnoanchor>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

_____. NBR ISO 14004: **Sistemas da gestão ambiental**. Rio de Janeiro ABNT, 2005 - Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/certificacao/tipos/sistemas#faqnoanchor>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015

_____. NBR ISO 14004, Rio de Janeiro. 1996. **Sistemas de gestão ambiental-Especificações e diretrizes para o parauso**.Disponivelem:<http://www.abnt.org.br/certificacao/tipos/sistemas#faqnoanchor>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015

_____. NBR ISO 1400, **Implementação e Operação** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.Disponivelem:<http://www.abnt.org.br/certificacao/tipos/sistemas#faqnoanchor>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

ASSUMPÇÃO, Luís Fernando Joly. **Sistemas de Gestão Ambiental: Manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14001**. 1. Ed. Curitiba: Juruá, 2006:98

ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. **Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático para Implementação de SGA e Certificação ISO 14001**. Curitiba 1ª Ed. Editora Juruá, 2004.

ALBERTON, Anete; COSTA JR., Newton Carneiro Affonso da. **Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras**. 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eso985.pdf>. Acesso em 19 de Fevereiro de 2016.

ALMEIDA, G. S.; **Marketing para a sustentabilidade: uma filosofia de negócios**. 2002. Tese (Doutorado). Centro de desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1954/2/20860482.pdf>. Acesso em 03 de Março de 2016.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo 2015**. Disponível em:<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/3566/4610>. Acesso em 03 de março de 2016.

BARBIERI, Jose Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. 1ª Ed.São Paulo: Saraiva, 2004.

Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Gestão ambiental empresarial: conceitos, métodos e instrumentos. 3ª Ed.- atual e ampliada São Paulo: Saraiva, 2006.

BARBOSA, Livia. Sociedade de consumo,2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a21v1328.pdf> Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Acesso em 28 de Fevereiro de 2016.

CASTRO, J. A. R.; ALMEIDA, C. D. C. **Legislação ambiental e sua necessária inserção nas práxis empresariais.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Porto Alegre, 2005:25.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza. **SGADA – Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação.** 2006. [http://http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/viewFile/654/492](http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/viewFile/654/492). Acesso em 30 de Novembro de 2015.

CORAZZA, Rosana Icassatti. **Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional**2013.Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em 19 de outubro de 2015

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa.** 2ª Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

JUNIOR, Viterbo Ênio. Sistema Integrado de Gestão Ambiental. São Paulo:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Direito ambiental.** 1999. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/225/387>. Acesso em 23 de Dezembro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ. Amélia. **ONU adota metas de desenvolvimento sustentável dos próximos 15 anos.** Disponível em: <http://www.brasilcap.com.br/brasilcap/brasilcap/noticias/objetivosdedesenvolvimento-sustentavel-1.htm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. **Consumo sustentável: Manual de educação.** Brasília, 2005. Acesso em 03 março de 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Consumo sustentável: Manual de educação.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/reoferta/bsc1/revista-eletronica-do-mestrado.pdf>. Acesso em 03 de Março de 2016

JUNIOR, Viterbo Ênio. **Sistema Integrado de Gestão Ambiental**. São Paulo: Aquariana, 1998. Disponível em: http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos2011-1/4-periodo/A. Acesso em 18 Janeiro de 2016.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo, Edusp, 1969.

MOURA, Luís Antônio. Abdalla de. **Qualidade e Gestão Ambiental: Sugestão para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas** -3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e Gestão Ambiental** – 5ª Ed. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2008.

MION, Cintia Renata. **Responsabilidade social corporativa** 2007. Disponível em: http://www.ogerente.com.br/novo/artigos_sug_ler.php?canal=9&canallocal=30&canalsub2=97&id=534. Acesso em 28 Dezembro 2007.

NICOLELLA, Gilberto. **Sistema de Gestão Ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campina – SP**. 2004. Disponível em: http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos. Acesso em 05 de janeiro 2016.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2008. Disponível em: http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental. Acesso em 18 novembro de 2015

OLIVEIRA, Otavio José de: **implantação de sistema de gestão ambiental ISO 14001: Uma contribuição na área de pessoa** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a05>. Acesso em 15 Dezembro de 2015

PEREIRA, Euclides Antônio. **Implantação de sistema de gestão ambiental em pequenas empresas** 2002. Disponível em: <http://fases.com.br/old/upload/artigo29>. Acesso em 12 Dezembro de 2015.

PORTER, Michael Eugene. **Ser verde também é ser competitivo**, 1995. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2245>. Acesso em 03 Janeiro de 2016.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: 2ª Atlas, 2005.

SEIFFERT, Mari.Elizabete.Bernadini. **ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**. 3ª ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2007.

SILVA, V. A. R.; ALARCÓN, O. Q.; SILVA JR., H. S.; VIEIRA FILHO, **Aproximando ISO 14001 aos objetivos ambientais públicos: Regulação estatal e auto**

regulação empresarial para o desenvolvimento sustentável. 2003 Disponível em: http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_39.pdf. Acesso em: 03 Janeiro de 2016

SILVA, Danielly Ferreira Silva *et al.* **Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/28690> 2010. Acesso em 20 dezembro de 2015

SAMPAIO, Cleber. **Responsabilidade ambiental das empresas** 2010. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5890/Responsabilidade-ambiental-dasempresas>. Acesso em 28 Dezembro de 2015.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965:89.

SOUZA, Renato Santos de. **Evolução e condicionantes da Gestão Ambiental nas empresas** 2002. REAd - Revista eletrônica de Administração. Disponível em: http://read.adm.ufrgs.br/edições/pdf/artigo_82.pdf. Acesso em 28 de Dezembro de 2015.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso, empresarial, 2004..** Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 12 Fevereiro de 2016.

SPÍNOLA, Ana Luiza. **Consumo sustentável: o alto custo dos produtos que consumimos.** Revista de Direito Ambiental. São Paulo, 2001

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestao ambiental.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

THEODORO Suzi Huff. **Gestão Ambiental: Uma prática para mediar conflitos socioambientais** 1997. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi. Acesso em 15 de novembro de 2015

VASSALO, Cláudia. **Agenda para o futuro.** Revista *Exame*, São Paulo, p. 79, 13 jan. 1999. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/jornalistas/claudia-vassallo>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

VALLE, E. Cyro. **Qualidade ambiental: ISO 14000.** 4.ed. São Paulo: Senac, 2002.

VALLE, C. E. do. **Qualidade Ambiental: O Desafio de Ser Competitivo Protegendo O Meio Ambiente.** São Paulo: Pioneira, 2005.

VADE MECUM. Constituição Federal de 1988, Art. 225, Capítulo VI - **Do meio ambiente.** 13ª Ed. Saraiva 2012

VADE MECUM. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981- **Política Nacional do Meio Ambiente**. 13^a Ed. Saraiva 2012

WERNKE, Rodney. **Custos ambientais**: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva 2001. Revista de Contabilidade do Conselho Regional de São Paulo 2001. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos10/passa/passa2.shtml#ixzz41zeXtvXf>. Acesso em 03 Janeiro de 2016

APÊNDICE



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, portanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para o funcionário, à empresa ou proprietário. Sua opinião é de fundamental importância e suas respostas permanecerão sob sigilo.

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Nome da empresa: _____

Ramo de atuação: _____

Tempo de atuação no mercado: _____

Enquadramento empresarial: _____

- 1) A empresa tem algum programa de política ambiental?
- 2) Se a resposta a questão anterior for sim, quais são as iniciativas tomadas pela empresa:
- 3) Conhece ou já ouviu falar na ISO 14000?
- 4) A empresa possui o selo ISO 14001?
- 5) De que forma a gestão ambiental é introduzida na administração da empresa?
- 6) A empresa possui algum programa de conscientização sobre meio ambiente junto à população? Se a resposta for sim, especifique.
- 7) Que tipo de resíduos a empresa produz? E o que é feito com esses resíduos?

- 8) A empresa realiza algum investimento relacionado a ações ambientais listadas abaixo?
- 9) De que forma as práticas ambientais auxiliam nas estratégias empresarias?
- 10) Quais as principais dificuldades encontrada pela empresa para implementar práticas ambientais?
- 11) Quais os benefícios que a Gestão Ambiental proporciona a empresa?
- 12) Existe alguma ação que a empresa gostaria de implantar que esteja relacionada a gestão ambiental?